



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PRESIDENTE: SARGENTO NANTES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05 de Setembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

21324

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **1** DE 65

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Boa noite. Salve, salve. Saudações tradicionais a todas as casas presentes, todos os terreiros, todas as Mães, todos os Pais. Pessoal, estou muito feliz por conseguirmos fazer essa audiência na noite de hoje. Será uma noite muito bonita e, espero, também muito produtiva.

Sou a Vereadora Luana Alves, do PSOL, membra da Comissão Extraordinária de Segurança Urbana, que é a Comissão que está chamando essa audiência.

Antes do início formal, chamo, para abrir a noite de hoje, com muito axé, a curimba do Terreiro Aruanda.

- Apresentação musical.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Axé, curimba do Aruanda. Uma salva de palmas. (Palmas) Obrigada. Ayo. Maravilhosa para variar.

A SRA. MÃE LUME WATANABE – Gente, eu amo a curimba do Aruanda, mas sou a Mãe Lume Watanabe, do Terreiro Urubatão da Guia.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – E é maravilhosa. Ayo. (Palmas)

Vamos dar início à reunião. Pergunto se estão presentes os Vereadores Sargento Nantes, Amanda Vettorazzo, Dheison Silva e Kenji Ito. (Pausa) Declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública da Comissão Extraordinária de Segurança Pública.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, [link](#) Auditórios On-line, e pelo canal do YouTube desta Casa.

Esta audiência foi convocada para discutir a Lei do PSIU e o racismo religioso, conforme Requerimento 07/2025, desta Vereadora.

Chamo, para compor a Mesa:

Mãe Lume Watanabe, autoridade tradicional do Terreiro de Urubatão da Guia, historiadora, mestranda em História Social pela USP, travesti, diretora do Centro Cultural Kalunguinha, ativista pelos direitos da população LGBTQIAPN+. Axé, Mãe. (Palmas)

Pai David Dias, autoridade tradicional do Terreiro de Umbanda Aruanda, Mestre em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 2 DE 65

Ciência da Religião e Doutor em Ciências pela USP. (Palmas)

Babalorixá David Reis Palhano, sacerdote do Ilé Ojú Intilé, especialista em saberes ancestrais das ervas sagradas do candomblé e de suas medicinas. Obrigada, baba. (Palmas)

Renata Nogueira Pallottini, pós-graduada em Direito e Processo Penal pelo Mackenzie, Diretora Jurídica do Coletivo Terreiro Resiste. (Palmas)

Cristiane Natachi do Rosario, advogada e yalorixá, autoridade tradicional do Ilê Asé Osundayó, Presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Brasil, da OAB São Paulo, integrante do corpo jurídico da Ocupação Cultural Jeholu. Por favor. Obrigada, Mãe. (Palmas)

Isabella dos Santos Moraes Netto, a nossa querida Bella, assessora que, neste ato, representa o mandato da Deputada Federal Sâmia Bomfim. (Palmas)

A Ebomi Ana Laura, Codeputada Estadual do Mandato das Pretas. (Palmas)

Chamo também para compor a Mesa, e fico muito feliz por ter aceitado o convite, Sr. Marcos Queiroz, Inspetor da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, com quem faremos um diálogo. Obrigada, Comandante. (Palmas)

Pessoal, também está confirmado para compor esta Mesa o Sr. Ouvidor-Geral, da PM de São Paulo, Mauro Caseri, porém, o cargo de Ouvidor que é quem está sempre em contato com problemas de abusos da PM, geralmente é um cargo que tem agenda difícil. Então, representando o Sr. Mauro, vou chamar o Dr. Juliano, que é chefe de gabinete da Ouvidoria-Geral da PM de São Paulo.

Obrigada, Doutor.

Pessoal, vou falar algumas palavras muito breves e passar para os meus Colegas de Mesa, além de agradecer a todas as pessoas presentes, e eu queria contextualizar de onde vem a necessidade desta audiência, deste diálogo, desta Mesa que reúne autoridades do candomblé, da umbanda, de diversas casas, diversos terreiros de matrizes africanas, e também pessoas das forças policiais, aqui tem um Ouvidor da PM, tem um representante da Guarda Civil Metropolitana.

A necessidade é, porque nós, enquanto um mandato antirracista, composto majoritariamente por pessoas que são de matriz africana, entendemos que está insustentável a situação de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **3** DE 65

desproporcionalidade da aplicação da Lei do Psiu em terreiros, em casas de candomblé e de umbanda na cidade de São Paulo.

Nós recebemos, quase que semanalmente, mensalmente, muitas reclamações, muitos, na verdade, pedidos de ajuda, porque se tem uma firmeza, uma força em fiscalizar casos de candomblé e de umbanda de uma maneira que entendemos que muitas vezes é injusta e desproporcional. Nesta audiência, não pretendemos dizer que a Lei do Psiu deve ser revogada, mas ela deve ser revista, ainda que na Lei do Psiu se fale das EPECs, que são os espaços de importância cultural e religiosos, que estão na Lei do Psiu, na prática, não é assim que acontece.

Na prática, o que vemos muitas vezes é que o número de denúncias por conta de barulho é muito maior quando é uma casa de matriz africana. Sabemos que isso é por conta do racismo religioso da sociedade. Entendemos isso, só que as autoridades também têm que ter essa sensibilidade. É importante que consigamos estabelecer um diálogo permanente com quem está na gestão do “Psiu”, com a própria Guarda Civil Metropolitana, com os próprios representantes da PM, para que todos os agentes das forças do estado também tenham a compreensão que existe, na verdade, o racismo religioso agindo quando se tem um volume gigantesco de reclamações sobre terreiros e não se tem o mesmo nível de reclamações com outros grupos religiosos.

Então, recebemos muita queixa neste sentido. E quando falamos de uma fiscalização, de uma autuação, não é só a autuação em si, estamos falando da possibilidade de uma multa, e quando falamos de possibilidade de uma multa, em especial em terreiros que vivem com a corda no pescoço, pensando do ponto de vista financeiro, determinada multa pode representar, na prática, a impossibilidade de seguir as suas atividades. Não são todos os espaços, não são todas as casas que conseguem fazer uma grande reforma para o isolamento acústico, se consegue, fica apertada, e na prática o que se tem ali é uma restrição, quase praticamente uma restrição ao direito à espiritualidade por parte de pessoas de religiões de matriz africana.

Então, neste sentido, é importante conseguirmos pensar em revisões na Lei do Psiu, seja rever a Lei, seja fazer uma outra produção legislativa, ou seja, fazer uma jornada permanente de diálogo com quem está agente público do município, do estado. Da maneira como está, está muito ruim.

Quisemos fazer esta audiência pela Comissão de Segurança Pública, porque entendemos que são justamente as forças que são policiais, ou da GCM ou os agentes fiscais, que muitas vezes ficam

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **4** DE 65

também numa situação de algum vizinho reclamou, e precisa ir lá fazer alguma coisa, mas tendo que, na prática, exercer, praticar o que se coloca como racismo religioso.

Então, queremos escutar as lideranças, as yalorixás, os babalorixás, os pais, e queremos também chegar em um acordo, queremos chegar numa proposta, em alguns encaminhamentos de mudança do que devem acontecer, porque é isso, temos na cidade de São Paulo um volume gigante de barulho, é uma cidade viva, é uma cidade dinâmica, é uma cidade cheia.

Quando falamos de uma multa sobre um comércio rico, e lembrando que a multa é o valor igual, não é proporcional ao tamanho do local, estamos falando de uma situação que se configura como uma injustiça sistemática. Temos comércios que pagam a multa continuamente e não é um problema, porque, às vezes, para aquele local, por exemplo, uma arena, uma casa de shows, pagar aquele valor está na conta, consegue seguir pagando.

Só que aplicar esse mesmo valor, essa mesma regra, essa mesma flexibilidade para um terreiro, na prática, pode significar a impossibilidade daquela casa continuar existindo. Então, temos que olhar isso com muita calma, com muita atenção. E esse tema tem que ser trazido para essa Comissão de Segurança Pública, porque o direito de exercer a sua espiritualidade também é um direito tão importante, quanto os outros.

Claro, o direito de estar, de viver o urbano, na cidade, muitos de nós falam: “Mas, eu tenho direito de não viver com barulho?” Então temos que chegar em um acordo, porque isso é uma cidade e todo mundo tem os seus direitos e as religiões de matriz africana também tem direito de exercer a sua espiritualidade. Vamos pensar como que fazemos isso, se está proporcional, se não está injusto, de que maneira conseguimos fazer para que os terreiros sigam de pé, sendo os espaços sagrados que são os espaços, de educação popular.

Estamos muito felizes com esta audiência que não é feita apenas por este mandato, é feito sobretudo pelo Emancipaxé, e também por outros mandatos, Codeputada Ana Laura, do Mandato das Pretas, a Bella representando a Sâmia Bomfim, vou parar de falar, vou passar para egbomy Ana Laura para fazer suas considerações, e seguiremos esta Mesa.

Obrigada.

A SRA. ANA LAURA PRETAS – Saudações, bênçãos aos mais velhos e aos mais novos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **5** DE 65

Estou aqui, não somente representando um movimento social de educação popular como a Rede Emancipa, mas também a comunidade da onde eu vim. Assim como muitas pessoas como nós, sofremos cotidianamente sobre a situação do racismo religioso dentro das nossas comunidades, dentro do que se diz uma cidade que deveria ter acesso para todos, e tentamos hoje fazer um debate, não somente como podemos enfrentar o que está acontecendo com as nossas comunidades, mas como também nos organizarmos para enfrentar isso. É muito importante vermos uma saída, e essa se dá a partir da organização política, da organização das comunidades de matrizes africanas ao enfrentamento do que é uma extrema Direita que está posta, ao enfrentamento do que é a opressão cotidiana de um sistema extremamente racista, e - ao mesmo tempo - ao enfrentamento dos problemas internos que temos quando não identificamos a necessidade de organização.

Então, fico muito feliz por todos que estão aqui, hoje, por todos que se disponibilizaram a pisar aqui neste espaço, que é um espaço completamente voltado a nos oprimir. Olhamos para esses quadros, o que eles representam, olhamos para este salão nobre, o que ele representa.

Para mim, nobre é o nosso chão de terreiro e acho que a importância de as comunidades de matriz africana estarem pisando aqui, hoje, é para demonstrar que não aceitaremos mais nenhum tipo de opressão, nem que o racismo continue e que estaremos, sim, organizados para enfrentar todas essas coisas.

Enquanto, em um mandato estadual, temos que falar que a Lei do Psu é apenas a ponta do iceberg, que se dá em um lugar onde as pessoas utilizam como uma ferramenta para oprimir, para dizer “Olha, seu toque é um barulho”. Por que o nosso toque é um barulho? Por que no ouvido de muitos, esse toque é um barulho? E o que significa isso? O que tem por trás dessas palavras?

Muitas vezes, fizemos um formulário para tentar identificar, a partir do mandato da Vereadora Luana, e percebemos que muitos relatos têm a ver com reclamações de vizinhos. Esses vizinhos se utilizam dessa ferramenta, ligam para a GCM ou para a PM, para alguma instituição para poder dizer: “Olha, estou sendo perturbado”. E por que essa perturbação? O que significa, qual a simbologia dessa perturbação?

Então, quero dizer que não estamos aqui para perturbar ninguém, estamos aqui exatamente para continuar a história, a memória do povo negro, indígena escravizados neste país. Se não fossem as comunidades de matriz africanas, essa memória estaria perdida.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 6 DE 65

Então, estamos aqui porque existimos e resistimos e continuaremos aqui. Sinto muito por aqueles que acham que as comunidades e que os nossos toques, os nossos batuques são perturbação. E é importantíssimo que aqueles que estão para fiscalizar ou para fazer a ordem na cidade, entendam que não podem chegar pisando, entrando nos nossos terreiros, que não podem chegar batendo, estourando a porta, estourando cadeado, que não podem entrar ostensivamente nas nossas comunidades. E se você não tem autorização, você não pode entrar.

Estamos, hoje, em uma legislação que fala que racismo é crime, que é uma legislação que fala da intolerância. Mas por que ela não é aplicada? Esse é o debate também colocado. Se existe uma lei que fala que as comunidades precisam ser fiscalizadas por conta, não é... Entendemos que as pessoas que sofrem situações graves, de saúde, muitas vezes, e que realmente precisamos também observar isso. E são muitos desses argumentos os colocados, mas é importante entender como é feita essa fiscalização, por que não se tem uma formação, não se tem um debate. Chamem-nos para conversarmos. Será que é isso mesmo que está acontecendo?

Então, esta audiência vai servir para isso. Espero que todos aqui, todas aqui, todes aqui possam contribuir, fazer suas falas, falar pelas suas comunidades, também precisamos muito fazer o registro disso, não esqueçamos que estamos tendo a transmissão ao vivo.

E é muito importante que todas as nossas palavras aqui sejam ouvidas, principalmente por esse poder público racista.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ana Laura.

Vou chamar a próxima para fazer uso da palavra, Mãe Lume, por favor.

A SRA. MÃE LUME WATANABE - Saudações tradicionais, a todas as pessoas presentes, às Lideranças de terreiro, minhas saudações também, meu pedido de bênção. A bênção de vocês.

Meu nome é Lume Watanabe, como a Vereadora Luana já me apresentou, sou Mãe de Santo do terreiro de Umbanda do Urubatão da Guia, que fica constituído no bairro do Moinho Velho, localizado próximo à região de Sacomã e do Heliópolis, muito próximo da comunidade de Heliópolis, e meu terreiro já está posto ali, naquele local, há pelo menos três anos. Como mãe de Santo de umbanda, já tenho mais de cinco anos de cargo, de liderança. Sou também formada em História, pela Universidade de São Paulo, e sou mestrando, atualmente, no programa de mestrado em História Social, e um dos temas do meu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **7** DE 65

mestrado, vejam só, justamente é a violência policial, as batidas policiais ao longo do século 20 nos terreiros, denominados de umbanda, candomblés, cangerês, macumbas e assim por diante.

Então, um dos primeiros pontos que eu queria trazer e levantar é que, justamente, o que temos aqui, mais uma vez especificamente nesta data, 5/9/2025, é a continuidade de um projeto de estado que tenta eliminar, exterminar não só a cultura negra, mas a população negra aqui no Brasil.

É muito importante falar que o estado produz leis. Essas leis são leis desde o início da República, com o início da República em 1889, em 1890, com a promulgação do primeiro código penal brasileiro, se tem os artigos 156 e 158, que – literalmente - criminalizavam as casas de axé, espiritismos, magias, seus sortilégios, cartomancias, macumbas e canjerês, e ao longo do século 20, se tem então as batidas policiais que, literalmente, invadiam os terreiros de umbanda e candomblés, apreendendo seus materiais. E parte desses materiais, por exemplo, são aqueles que hoje estão no Museu da República, uma exposição bem interessante, bem importante, que é o nosso sagrado, movido por uma campanha, “Liberte o nosso sagrado”, mas anteriormente estava contido no Museu da Polícia, em uma sessão denominada como magia negra.

Então, o que temos, na verdade, é um projeto de continuidade ao longo do século 20 até hoje, a data de hoje, no século 21, ainda temos uma perseguição sistêmica aos terreiros de umbanda, de candomblé e essa perseguição, como muito bem-posto por vocês duas, é movida por uma estrutura racista na sociedade brasileira.

Esse é o ponto que estamos trazendo hoje. Fui chamada para a audiência, para compor a Mesa, também, porque o meu terreiro, eu não só estudo isso, mas vivenciei no dia 26 de março deste ano, em uma quarta-feira de xangô, meu Pai, estávamos fazendo uma gira como de costume, as nossas giras vão ao longo da noite, até no máximo às 22h, e naquele momento, por volta de umas 21h e pouco, o guia à frente da casa, o calunguinha falou “Eu vou embora, todo mundo vai embora e quando a Polícia chegar, vocês levantam o queixo, fica com um queixo levantado, não abaixa a cabeça não”.

Bom, depois de cinco minutos, a Polícia chegou e bateu no meu terreiro, juntamente com os fiscais da Prefeitura, falando que eles foram acionados por causa da Lei do Psiu. O fiscal da Prefeitura, em um primeiro momento, tratou-nos com bastante hostilidade. Não falou nenhum nome dele, não mostrou nenhum tipo de matrícula, nem nada. A única coisa que ele requeria eram os documentos, a documentação do meu terreiro. Primeira pergunta que faço é: se o terreiro não tem documentação, qual que é o tipo de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21324** DATA: **05/09/2025** FL: **8** DE 65

prática, de protocolo que vão seguir, porque o meu tinha. Então, saí correndo, pedi para uma das pessoas para começar a filmar. Tenho tudo isso registrado, juntamente com uma pessoa, um filho de Santo meu, que é advogado, mostramos os documentos para o fiscal da Prefeitura, e a partir desse momento ele começou a falar sobre a questão da Lei do Psiu, que não tem a ver com as 22h.

Na verdade, é uma lei, fiquei sabendo naquele momento que regula a quantidade de decibéis na cidade de São Paulo, ao longo do dia, o dia inteiro, isso tem alterações ao longo das horas, é verdade, mas ele ficava insistindo o tempo inteiro que aquele problema, na verdade, não era um problema de racismo religioso, que pontuei o tempo inteiro, porque as denúncias que são feitas para os terreiros de umbanda, de candomblé são movidas, sim, pelo racismo religioso. Temos que considerar que a Lei do Psiu estabelece como iguais comércios, igrejas e terreiros, que são três instituições completamente diferentes. O comércio, o pancadão do comércio não tem nada a ver com o atabaque tocando Congo de Ouro, saudando os nossos ancestrais nos nossos terreiros de umbanda e também nos candomblés.

Mais uma coisa que acho muito importante de ser pontuada, é que ele falava o tempo inteiro que isso era um problema de estrutura, ou seja, ele alocava esse problema não somente em uma questão de segurança, porque ele estava escoltado pela GCM, perguntei para o policial que estava presente o porquê de eles serem chamados e, vejam, desloca-se um carro, no meu caso foi um carro, já ouvi falar de comunidade de terreiro que vão três ou quatro carros da GCM para acompanhar essa batida policial, e quando chega lá, se está deslocando um aparato, acionando um aparato público, deslocando pessoas. Essas pessoas estão sendo pagas para isso, com os nossos impostos, para tentar apagar o nosso atabaque, para tentar parar o nosso culto, que de fato eles vão tentar fazer isso. E o policial falou que ele só estava cumprindo ordens, que na verdade, não sabia muito bem o que ele estava fazendo ali.

O fiscal da Prefeitura virou para mim e falou que aquilo era uma questão de estrutura e bastava eu colocar uma acústica no meu terreiro, simples, uma coisa muito simples, tenho que colocar uma acústica no meu terreiro. Falei para ele: “Então, mais uma vez se trata de um racismo religioso, veja, a cidade de São Paulo quer que eu coloque uma acústica em um fundo de quintal vazado e aberto.

O que eu faço? Compro uma cúpula de vidro para tentar instalar em meu terreno – ainda que seja um terreno alugado, que nem sequer me pertence? Ainda que pudesse colocar ali todas as estruturas necessárias para viabilizar a acústica do espaço, quanto seria cobrado por isso? Em que condições? Sei que as grandes igrejas, aquelas imensas, possuem estruturas

que privilegiam a acústica. Mas não é o caso da maioria das igrejas no Brasil.

Moro na Rua Alencar Araripe, ao lado da comunidade de Heliópolis, e lá, pelas minhas contas, tem pelo menos sete igrejas. E, entre sábado e domingo, todas tocam louvor em volume altíssimo. Do meu apartamento, consigo ouvir perfeitamente. Duvido que os moradores da Rua Alencar Araripe acionem a Polícia ou o Psiu para tentar interromper esse louvor. Ainda que o façam, trata-se de tentar conter um tipo de som. Mas quando se busca interromper os atabaques dos terreiros, isso se move para algo além. E esse algo além se chama racismo.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Mãe Lume.

Tem a palavra o Pai David Dias.

O SR. PAI DAVID DIAS – Saravá! Bênção aos mais velhos e aos mais novos.

Agradeço o convite e a presença de todos neste encontro tão importante.

É preciso deixar registrado algo essencial: não nos enganemos ao nos depararmos com manifestações pseudo-afroespirituais nas ruas e avenidas desta cidade, que se dizem aptas a discutir o que fazemos dentro de nossas casas. Tenho certeza de que quem sai fantasiado, fingindo ser parte do que chamamos de terreiro, não vestiu a roupa branca para vir aqui discutir conosco.

Quero registrar isto: essa não é a atitude do povo de terreiro. O povo de terreiro discute política pública de forma conjunta, articulada. Micareta se faz quando tudo está resolvido dentro e fora de casa – o que não é o caso. É fundamental afirmar que há uma problemática linguística na denominação das comunidades tradicionais de matriz africana. Antes de tudo, é necessário que o Poder Público compreenda que não há possibilidade de reduzir os territórios afroespirituais à noção de templos. Embora exista uma nomenclatura mundial que define “templo” como espaço de fé, quando falamos de comunidades de matriz africana não estamos tratando de um espaço meramente religioso. Não discutimos fé. Estamos falando de práticas de reconstrução, de modos de vida afrodiaspóricos dizimados na travessia do Atlântico. O que reelaboramos é a possibilidade de resgatar uma ancestralidade, ainda que morta, ainda que

soterrada pelo maior genocídio da história da humanidade.

É preciso dizer claramente: terreiro de Umbanda ou de Candomblé não é religião. Não se limita à discussão da fé. São organizações da sociedade civil. Portanto, não há discussão. É uma questão de instrumentalização teórica, inclusive para as comunidades de matriz africana. É necessário compreender isso, pois ficamos rodeando o tema, com medo do termo racismo e do enfrentamento que ele exige. Mas quando a polícia bate à nossa porta, vamos dizer o quê? Que se trata de intolerância religiosa?

Família de Umbanda, de Candomblé, parem. Parem de aceitar a narrativa de que vivemos intolerância religiosa. Isso não nos nomeia. Há intelectuais, pretos-velhos, doutores e mestres que já discutiram isso em outro nível, inclusive acadêmico. Já disseram para pararmos de nomear isso como intolerância religiosa. Isso é desinformação para nossas comunidades, e essa desinformação desarticula nossa luta.

Enquanto não colocarmos no peito, na cabeça e na boca que o que acontece com o nosso povo é racismo em sua expressão religiosa, continuaremos tendo que prestar deferência a vereador que visita nosso terreiro de quatro em quatro anos.

Enquanto não acordarmos e entendermos que somos violentados pela sociedade por meio de um mecanismo estrutural chamado racismo, continuaremos sofrendo isso. Antes de tudo, é preciso letrar o Poder Público e o braço armado do Estado, afirmando: isso é um ato de racismo. Isso é um crime. O que ocorre na casa da Mãe Lume e o que ocorreu no Terreiro Aruanda é crime. Precisamos compreender isso muito bem.

Nossas comunidades reelaboram a construção de uma família. Não é porque estamos no terreiro que estamos em um ato de fé. Estamos cozinhando para o orixá, estamos fazendo uma farofa de Preto Velho, estamos fazendo um agê para a família, para a comunidade. Estamos iniciando uma pessoa que está recolhida dentro daquela casa. Isso não é somente um ato de fé, não estamos discutindo fé. Quando tocamos tambor, não estamos rezando. Quando cozinhamos, não estamos rezando, mas estamos recolhidos em nome da nossa cultura.

É imprescindível que isso seja esclarecido. Caso contrário, perderemos toda a

reunião tentando compreender o que acontece, e o que acontece é simples: estamos secando gelo, tentando entender que nossa cultura sofre intolerância religiosa. E, enquanto esse termo não for cunhado dentro das comunidades de matriz africana, sempre haverá alguém de terreiro que dirá intolerância. Sabe por quê? Porque isso tem nome: é o impacto da branquitude dentro das casas de axé. É necessário dizer. Não estou afirmando que casas de axé não possam ter pessoas brancas, mas a ideologia deve ser predominantemente negra.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Pai, pelo recado.

Pessoal, após a fala dos convidados que compõem a Mesa, haverá inscrições. Quero informar que estão abertas com o pessoal da comissão. Serão até 15 inscrições. Quem quiser falar após a mesa já pode ir lá se inscrever.

Passo agora ao Babalorixá David Reis Palhano.

O SR. PAI DAVID REIS PALHANO – Boa noite a todos, todas e todes. A bênção a todos. Manifesto meus mais sinceros respeitos a todos os presentes. Sou Babalorixá David Palhano, sacerdote do Ilé Ojú Intilé, terreiro localizado na Vila Sônia, zona Oeste de São Paulo. Agradeço a oportunidade de compor esta Mesa e poder, de alguma forma, contribuir com o tema.

Começo minha fala apresentando um contexto histórico, que acredito ser pertinente ao nosso debate. Hoje existe, entre nós candomblecistas, a ideia comum de que o Candomblé seja uma religião de caráter rural, muito por conta de nossas liturgias e da necessidade de espaço ligado à natureza. Isso é verdade, mas precisamos lembrar que o Candomblé, dentro dos moldes litúrgicos que conhecemos, tem origem no bairro da Barroquinha, em Salvador, nos meados do século XVIII.

O bairro da Barroquinha está localizado a aproximadamente 600 metros do Palácio do Rio Branco, sede do governo baiano, então capital do Brasil colônia. Salvador, naquele período, vivia o seu auge: era a segunda capital mais importante do Império Português, atrás apenas de Lisboa. Uma cidade intensa, de grande movimentação, de trocas culturais constantes, onde desembarcavam povos de diferentes nações, sedentos da riqueza do nosso país.

É nessa efervescência urbana que o Candomblé se institui como religião, no bairro da Barroquinha, densamente povoado pelo povo preto, em sua maioria nagôs libertos que ali fizeram morada. Ou seja, o Candomblé nasce e se estrutura em espaço urbano e densamente populoso.

Mas por que estou falando do Candomblé da Barroquinha? Por que estou falando de Salvador de um tempo tão remoto? Acontece que, com o crescimento populacional e a evidente reorganização social do povo preto, o povo nagô, como era de se esperar, não foi bem visto pela elite soteropolitana, composta majoritariamente de senhores de engenho, traficantes de escravos, clérigos católicos e políticos; ou seja, a sua elite branca.

O fato é que a pressão social, aliada à igreja financiada pela elite, fez com que o então presidente da província da Bahia, o senhor Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço, instaurasse uma série de leis e projetos para revitalizar Salvador, que culminou não somente com a retirada do Candomblé existente, mas com a expulsão, em quase sua totalidade, do povo que habitava a Barroquinha.

O Candomblé da Barroquinha migrou para o bairro do Engenho Velho da Federação e fundou o que conhecemos hoje como o terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, a mais antiga casa de Candomblé em atividade que se tem registro. Senhores, o bairro do Engenho Velho da Federação está distante da Barroquinha, aproximadamente sete quilômetros. Se levarmos em consideração, o período e a época era uma distância muito grande.

Para finalizar, peço licença para parafrasear Cazuza: “Eu vejo o futuro repetir o passado”. Parece anacrônico, mas não é o que estamos vivendo hoje? A repetição de leis que nos tiram dos centros urbanos, que nos jogam cada vez mais longe para as periferias dos grandes centros e que, quando não conseguem criar leis que nos dizimam, ferem nossas existências e tentam a todo instante nos silenciar. Precisamos lembrar que, neste país, as leis são criadas e aprovadas por quem possui o controle e o domínio das narrativas sociais e financeiras da sociedade. E que nem sempre as leis são explicitamente escritas com objetivo claro e definido, mas, nas entrelinhas, são utilizadas para beneficiar justamente aqueles que

possuem o domínio da narrativa.

Em 1850, sob o pretexto da reurbanização de Salvador, uma lei expulsou os nagôs da Barroquinha. Em 2025, A Lei do Psiu tem sido utilizada como pretexto para nos silenciar.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Pai.

Pessoal, neste momento, passo a palavra para essa pessoa que também está representando uma instituição do Estado, a Ouvidoria da Polícia, Dr. Juliano Serrano. Agradeço sua presença e peço que, primeiramente nos esclareça se já há algum debate sobre o tema está sendo feito pela Ouvidoria e como nos explique, caso exista uma fiscalização ou autuação com violência policial, como atuarmos imediatamente.

O SR. JULIANO SERRANO – A bênção de todos os meus mais velhos e meus iguais. Que Pai os abençoe a todos. Meu nome é Juliano, sou Babalorixá, sou advogado e estou chefe de gabinete na Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo.

Cumprimento a Vereadora Luana Alves e, em seu nome, cumprimento o Ouvidor Mauro Caseri, que, como a Vereadora já pontuou, diante das tantas truculências que estamos vivenciando no estado, sobretudo, na cidade de São Paulo, está resolvendo problemas em algumas comunidades.

Quero deixar registrado que a Ouvidoria das Polícias completa 30 anos de existência neste ano. Foi instituída por lei complementar pelo então Governador Mario Covas. Posso dizer que, nesse período, em 29 anos, nunca se pensou em ter um olhar atento para esse tipo de denúncia. Tanto é que, em 2024, ainda na antiga gestão do professor Cláudio, passamos a atribuir naturezas às denúncias como racismo, intolerância religiosa, xenofobia e nacionalidade.

Até 2024, se vocês puderem ler os relatórios da Ouvidoria, não existirão essas nomenclaturas. Nesse ano, então, elas passam a fazer parte do nosso escopo de denúncia como classificação. Isso não quer dizer – e falo com propriedade – que, como tenho minha casa na zona Leste e minha mãe carnal tem 62 anos de casa aberta, o que vivenciamos no nosso dia a dia nos terreiros não existia antes. Mas para o estado, o que importa são os números. Se nós

não quantificarmos isso, não conseguimos fazer debates públicos, a vereadora não conseguirá levar o tema à comissão desta Casa, ou a codeputada à Alerj. E isso precisa avançar.

Sabemos que o índice de violência, sobretudo das polícias militares dentro dos templos, é muito grande. De lá para cá, já temos um número expressivo de denúncias de intolerância religiosa. Alguns casos emblemáticos. Todos devem se lembrar, por exemplo, do caso de Franca, em que um babalorixá foi acusado de resistência e obrigado a tirar sua vestimenta para ser conduzido à delegacia. Na verdade, há duas dificuldades principais. A primeira é a falta de coragem e a resistência de autoridade religiosa em levar a denúncia à delegacia. Quando conseguimos, encontramos outra dificuldade oferecida pelo estado, que é a da autoridade policial, na hora de lavrar o boletim de ocorrência, classificar o ocorrido como racismo.

Como o Pai já falou, já passou o tempo de discutirmos intolerância religiosa. Não temos que ser tolerados; temos que ser respeitados pelo estado, pois isso está pacificado na Constituição Federal de 1988. O estado, como representante do povo, tem que nos respeitar e nos dar amparo e não nos perseguir.

Vereadora, acho muito corajoso da sua parte trazer este debate à comissão, que, salvo engano, é presidida por um sargento. Vale a pena a discussão. Na Ouvidoria, construímos alguns GTs para formação do servidor. Inclusive, a Andreia nossa servidora que coordenadora este GT e presente nesta reunião, também é adepta do Candomblé. Assim como a servidora Elma, também adepta do Candomblé. Temos esse olhar e, nesses GTs, formamos os servidores da Ouvidoria para perceber quando se trata de racismo ou não, pois às vezes o denunciante, por ingenuidade, não tem noção do que acontece.

Temos terreiros espalhados por todos os cantos de São Paulo. A Ouvidoria fala em nome do Estado, mas também do Brasil. Nós, como Ouvidoria, precisamos ter essa percepção de como classificar e encaminhar. A Andreia tem trabalhado bastante, em diálogo com o Decradi, órgão responsável pela classificação e apuração desses crimes de racismo religioso, para avançarmos na questão da perseguição religiosa. Não podemos permitir que o estado utilize

instrumentos, como a Lei do Psiu, para privar casas de fé de seus direitos e beneficiar casas de shows. Inclusive parece até que essa lei foi revogada pelo TJ, pois não podemos ser privados de exercer a nossa fé, seja ela qual for.

O tempo de perseguição tem que acabar. No nosso dia a dia, no trabalho e na escola, também temos muitos relatos de crianças que sofrem violação de direitos. É importante denunciar. A Ouvidoria está à disposição. Estamos próximos à Câmara Municipal, na Rua Japurá, nº 42, e temos disponibilizado o telefone 0800 017 7070 para denúncias e também o portal, que tem sido muito prático para acolhimento. É importante registrar isso, porque, embora discutamos política pública com o estado, precisamos quantificar.

Mais uma vez, a Ouvidoria se coloca à disposição. Parabenizo e agradeço à Vereadora Luana e à Codeputada Ana Laura por esta iniciativa. Contem sempre com a Ouvidoria das Polícias. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Dr. Juliano. Importante sua presença aqui. Vou chamar também para fazer uso da palavra, para também trazer esse aspecto de uma instituição do Estado, representando a Guarda Civil Metropolitana, o Inspetor Queiroz. Com a palavra.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Nobre Vereadora, boa noite. Em seu nome, quero cumprimentar e saudar a todos aqui, e dizer da importância desse tema e de nós, que representamos a segurança no contexto da cidade de São Paulo, estarmos debatendo um assunto tão importante e relevante para todos.

Inicialmente, eu gostaria de colocar para os senhores e para as senhoras que o nosso lema, o lema da Guarda Civil Metropolitana, é: aliada, protetora e amiga. É claro que, no exercício das nossas atividades, da atividade policial, há desvios de condutas. Mas os senhores e as senhoras são aqueles que pagam os nossos salários. Nós somos servidores públicos de carreira e estamos aqui para defendê-los e protegê-los. Isso é muito importante.

Então, o guarda civil, quando entra na nossa instituição, recebe a formação, desde a nossa academia que fica no bairro do Belenzinho, e informações sobre proteção, preservação

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 17

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 16 DE 65

aos direitos humanos, direitos humanos de todos nós. Contempla indistintamente as pessoas de religião, seja qual for o segmento religioso. Então, quando estamos aqui discutindo essas questões que envolve a Lei do PSIU, o decreto, a fiscalização dos terreiros e de outros locais também, quando a guarda civil é demandada, então, à luz da Lei 16.402, que é a lei de criação do PSIU, a guarda civil vai no apoio e na proteção aos agentes e também dos senhores e das senhoras, no exercício e na prática da sua fé, da sua religiosidade.

Então, quero me colocar à disposição, Vereadora, parabenizar, por essa iniciativa, também os demais membros desta Comissão de Segurança Pública, por trazer esse tema tão importante e relevante, para que a gente possa, de fato – conforme colocaram as demais autoridades antes de mim –, combater e enfrentar o racismo. E ele não pode de maneira nenhuma existir na nossa cidade, mesmo porque a Constituição nos garante direito de culto e liberdade religiosa. Só a título de informação, gostaria de passar para os senhores que, neste ano, de janeiro até o último dia 31 de agosto, a guarda civil atendeu 452 operações de PSIU. Empregamos cerca de 800 homens nessas abordagens, nessas fiscalizações.

E não estou falando especificamente só dos ambientes de culto dos senhores e das senhoras, estou falando no geral. A gente não teve condições de separar ou quantificar especificamente, mas são ações significativas – conforme já foi colocado –, que envolveram agentes que estão aqui para servir, proteger e fazer a segurança. Então, são 452 operações, até o último dia 31 de agosto, das quais a guarda civil participou na proteção aos agentes e também às pessoas que receberam a vistoria.

E, para concluirmos a nossa fala, estamos abertos ao diálogo, sim. A guarda civil tem o papel da proteção dos agentes quando vão fazer essas ações de fiscalização, mas também de proteger o agente fiscalizado – neste caso, muitos dos senhores e das senhoras estão envolvidos. Então, contem conosco. Nós estamos à disposição. Temos um telefone, o 153, a Central da Guarda Civil 24 horas, que está à disposição.

Os nossos profissionais, no exercício das suas atividades policiais do dia a dia, têm uma tarjeta, assim como estou portando aqui. Eles podem ser identificados e denunciados por

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 17 DE 65

qualquer desvio de conduta ou abuso possível, como abuso de autoridade. Então, é muito importante que os senhores nos deem esse *feedback*.

Nós somos funcionários de carreira e somos pagos com os impostos dos senhores e das senhoras. Temos uma corregedoria autônoma, que fica na Rua da Consolação, nº 1379, onde podem ser feitas as denúncias pessoalmente, bem como através do telefone 153, ou até mesmo através do *e-mail* do nosso Corregedor.

É isso. Contem conosco.

A guarda civil, conforme eu disse no início e volto a repetir, é aliada, protetora e amiga, e respeita todas as religiões. Muito obrigado pela oportunidade. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Inspetor Queiroz. Vou agora ler, gente. Eu gostaria de fazer algumas saudações de algumas casas presentes, mas antes disso eu gostaria de só tirar uma dúvida com você. O senhor falou que foram 452 autuações na Lei do PSIU, que a guarda acompanhou.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Correto. Na verdade, operações de que a guarda participou. Só que eu não tenho como separar essas, se for específico, as voltadas para os ambientes e cultos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu pensei exatamente nisso. Acho que essa sua fala já me tocou um sinal, para que possamos tentar resolver isso do ponto de vista administrativo, porque a gente ter dados é fundamental. Eu pensei: “Vou debater aqui com os presentes. Vou debater também no âmbito da Comissão de Segurança Pública”, porque acho que seria importante a gente ter o dado.

E eu sei que é algo que daria para fazer alguma mudança de procedimento. Por exemplo, se a Secretaria de Segurança Urbana conseguir dar esse dado para a comissão, ou seja: das 452, quantas são comércio? Quantas são espaços de culto? A gente pode pensar assim, para se ter a quantificação.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Perfeito

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É algo que eu vou eu gostaria de pedir.

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 18 DE 65

O SR. INSPETOR QUEIROZ – É possível, sim. A gente se coloca à disposição. E a senhora pode até oficialar também à Secretaria de Subprefeituras, que é o órgão responsável, que faz a gestão do Programa de Silêncio Urbano.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sim, eu vou fazer isso, então. Eu gostei que você deu o dado, porque vou procurar saber, desses 452, como foi a divisão: quantos foram para comércio, quantos foram para os espaços de culto. Sei que os senhores são servidores do município, que têm que cumprir ordem.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Mas o que acontece é que, para nós, está muito claro que tem uma desproporcionalidade, que é ligada ao racismo. Então, a gente precisa entender como esse processo acontece. Eu vou, então, falar com a com o conjunto da Comissão de Segurança para ter o dado exatamente.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Como se dividem essas 452? Como a coisa acontece na prática, no chão da cidade? Então, já vou atrás desse dado logo menos.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Obrigado e a gente está à disposição, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada. Gostaria de também saudar a presença de algumas lideranças: a Casa Umbanda de Oxóssi, o Ilê Asé Oya Onira - Coletivo Axé, o Templo de Umbanda Caminho das Almas, a Comunidade Luanda Águas de Oxalá, o Terreiro Encruzilhadas, o Templo de Umbanda Caboclo Saracutinga e Exu Veludo, o Terreiro Sete Encruzilhadas, o Terreiro Candieiro, o Terreiro Mãe Oxum e Rei Congo - Santuário Estrela D'alva, Casa de Axé Oiá de Iansã - Centro Cultural de Matriz Africana, Caboclo Sete Estrelas de Iemanjá, o Instituto Cultural Egbe Ireo, o Terreiro de Umbanda Cocriadores de Olorun, o terreiro Abassá Oxum Oxóssi, o Terreiro Ogum Sete Lanças, o Terreiro Chão de Raiz Ilê Axé Ogum, o CREIA Òsógíyán também está presente, bem como o Filhas de Maria, os Filhos Pai Joaquim e Rosa Caveira, a Mãe Su de Nanã – que chegou agora há pouco – e a Ocupação de Rolô.

Gente, muito obrigada pela presença de vocês. É fundamental a gente fazer esse debate. Mais uma vez: obrigada a todas as pessoas presentes. (Aplausos)

Na sequência, já vou passar para a advogada, doutora e yalorixá Cristiane Natachi.

A SRA. CRISTIANE NATACHI DO ROSARIO – Boa noite. Primeiramente, quero tomar a bênção de Exu, porque sem ele nossas encruzilhadas não estariam convergindo, e principalmente por ser o dono da oratória. E nós, com certeza, somos poderosos na oratória quando nos juntamos. Quero agradecer à nossa Vereadora Luana e também à nossa irmã Ana, pelo convite, e ao meu amigo. Quero também agradecer a todos os pais e as mães, os irmãos e irmãs. Isso, sim, enche os nossos olhos e dá sentido a todas às nossas lutas. A bênção dos meus mais velhos, dos meus mais novos e dos iguais.

Tenho certeza que essa iniciativa, Luana, é primordial para nos manter na luta. Não é fácil o nosso dia a dia – nem enquanto líderes religiosos, muito menos enquanto líderes dentro de espaços que são racistas, como algumas instituições. No caso, com o pai, somos advogados. A minha outra colega, junto à Mesa, representa muitos poderes públicos e também as nossas casas religiosas.

Eu gostaria de, primeiramente, passar alguns dados, já que fiz um levantamento, de modo bem rápido, sobre a nossa história. Porque nós vivemos a nossa história. A história dos nossos ancestrais, nós reproduzimos. Claro que nós buscamos melhorias sempre.

No século 19, os cultos de candomblés eram estritamente proibidos. Então, os terreiros, quanto mais segregados fossem – em regiões de mata, regiões não-urbanas –, mais afastavam as abordagens policiais e conseguiam se manter. Contudo, ainda havia a necessidade do apagamento da sua ancestralidade, vinculando ao sincretismo religioso, para se manter vivo.

À época – estamos falando do século 19 –, para se tocar os nossos atabaques, havia a necessidade de aproveitamento das festividades cristãs. No momento em que soltavam os fogos, tocava-se o atabaque. Era estritamente naquele momento. Olha quanto tempo de silenciamento e tentativas de apagamento. As casas disfarçavam, na verdade, os seus cultos, dessa forma. A repressão sempre teve endereço: nós, os nossos ancestrais. Então, o nosso culto

sempre sofreu repressão, de várias formas – dos órgãos públicos e da comunidade.

Eu só vou mencionar um trecho bem rápido de uma pesquisa. No início do século 20, havia processos colocando os cultos de religiões de matriz africana como desordem pública. Ou seja, nós não somos desordem; somos a ordem do mundo, porque cultuamos sabedoria ancestral e saúde ancestral. Para que os remédios estejam aí, os nossos vieram mostrando que a cura está na folha. Então, a base da cura hoje farmacológica é folha – para nós, ainda mais.

Tem um levantamento de 1896 que diz que a Mãe Júlia do Engenho Velho foi denunciada por prática de feitiçaria, foi criminalizada. Em 1960, no Rio de Janeiro, a Polícia Civil mantinha arquivos chamados prontuários dos macumbeiros, em que muitos babalorixás e lalorixás foram fichados. Em 1968, em São Paulo – olha quanto tempo –, terreiros eram invadidos sob a justificativa de perturbação da ordem pública.

Ou seja, qual é o fundamento da Lei do PSIU? O objetivo é controlar ruídos e garantir sossego, também assegurar o direito à saúde da população. Só que a nossa saúde é pautada na ancestralidade e no nosso culto – a saúde mental, espiritual, a saúde do nosso corpo. Estabelece regras iguais para comércios, bares, enfim, casas de *shows* e cultos religiosos. Nós precisamos separar isso, porque nós não estamos numa mesma balança. Culto religioso não tem como vincular com uma casa de *show*, não tem ligação alguma.

Outra questão que impacta muito na Lei... Luana, eu gostaria muito que você tivesse firmeza mesmo na continuidade desse projeto.

Não tem como separar os nossos atabaques do nosso culto religioso. Assim, não dá para se tratar com o mesmo peso: os nossos atabaques não são instrumentos musicais, mas sim corpo ancestral. Os nossos atabaques comem, são orixás, são os nossos ancestrais.

A religião de matriz africana é, na sua base, a nossa oralidade e sonoridade. E é muito necessário que seja desvinculada e tratada de forma diferente. Falando em denúncias frequentes de casos de religiões de matriz africana, há, sim, uma desproporcionalidade. Eu, enquanto yalorixá, também tive um apontamento. Estamos tendo que nos readequar para fazer os nossos orôs durante o dia, porque durante a noite sabemos que se estende. É muito trabalho,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 21 DE 65

fls 22

porém a sociedade ainda não está preparada para entender o que nós somos. Então, a repetição de repressão da sociedade contra o nosso culto ainda é grande.

Sobre a revisão da lei, ela deve reconhecer a sonoridade e a oralidade dos nossos atabaques, porque é a nossa expressão ritualística; não é ruído e nem barulho. E a possibilidade de uma autorização especial para, literalmente, as casas de religiões de matriz africana. Fiz uma pesquisa e não vi essa mesma repressão na história – de fechamentos, invasões – de outros templos, só os de matriz africana.

E em relação à formação dos nossos agentes: sim, é necessária, e é para ontem. Para que eles entendam que a ritualística não é um *show*. A fiscalização, talvez seja necessária, mas, como a mãe aqui mesmo expressou: como se abafa o som de terreiro, que é literalmente um espaço aberto? Chão, céu, árvores... Hoje, temos algumas estruturas. E como penalizar as nossas casas que lutam diariamente para se manter?

Nós não temos historicamente aquisições de riquezas; ao contrário, a nossa riqueza está pautada na natureza. Mas outras religiosidades, sim, detêm riquezas e, para elas, tanto faz aplicações de multas ou não. Para nós, uma aplicação de multa significa talvez o corte de água ou de luz, ou entrega do espaço. Porque nós não conseguimos manter uma multa.

Então, há uma necessidade urgente do entendimento da lei, da alteração da lei, em relações aos cultos religiosos, principalmente de matriz africana, e entendimento da nossa ancestralidade e capacitação dos agentes para tratar dos nossos assuntos, de todas as Vertentes – seja a GCM, seja o TJ, seja nas áreas da saúde, todas as áreas precisam de capacitação. Obrigada, Luana, novamente. Obrigada pela escuta de todos. Boa noite. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Dra. Cristiane. Agora vou passar a palavra para a advogada Dra. Renata Nogueira Pallottini.

A SRA. RENATA NOGUEIRA PALLOTTINI – Boa noite a todas as pessoas. Quero pedir a bênção das minhas mais velhas, dos meus mais velhos e quero pedir licença para ser repetitiva, porque este nosso encontro, embora seja muito importante, não é nada novo na esfera pública. Desde a primeira pessoa escravizada deste país, sempre houve resistência. E o terreiro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 23

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 22 DE 65

é justamente isso. Há muitos meus mais velhos aqui, mais velhas, que debatem na esfera pública e nas esferas mais privadas sobre os nossos direitos e as nossas proteções.

Enquanto advogada, acho – e serei repetitiva, porque os meus pares, enfim, pais de santo, mães de santo aqui presentes já demonstraram o suficiente o quanto o terreiro não pode ser enquadrado na Lei do PSIU.

Eu acho que essa audiência serve como um caráter pedagógico. Estamos aqui mais uma vez, de forma repetitiva, mais uma vez, peço até licença às pessoas que sempre debatem esse tema na esfera pública. Mas enfim, o Brasil é uma sociedade que se estrutura de forma desigual em virtude da nossa história. Uma história escravocrata, que segue segregando, que segue violentando, porque o PSIU utilizado enquanto norma regulatória, disfarçando o racismo religioso, está violentando culturas, comunidades tradicionais.

E a gente já tem vasta lei, normas desde a Constituição Federal, infraconstitucional, a gente tem tratados internacionais que já reconhecem as comunidades tradicionais de matrizes africanas como uma continuidade da cultura afrodiaspórica no Brasil. A civilização afrodiaspórica está continuada nos nossos terreiros, nas casas tradicionais. Isso já está posto, a gente não precisa de mais lei para deixar isso posto.

Então, acho que essa audiência tem caráter, mais uma vez, e infelizmente, de forma repetitiva ensinar, dialogar com o Poder Público, para que o Poder Público entenda o quanto nenhuma lei ou norma de regulamentação pública não tenha o caráter de preservar o sossego público quando se trata de terreiros. Tem o caráter, mais uma vez, de violentar as comunidades tradicionais, de violentar o povo negro nesse país.

Enfim, diante de tantas repetições eu preciso dizer, mais uma vez, que sinto falta de autoridades que também são mãos armadas do estado, que são membros da Defensoria Pública, membros do Ministério Público, que precisavam estar aqui compondo esse debate. (Palmas) Porque as nossas casas precisam resistir na presença de um fiscal, seja da Prefeitura, seja da GCM, seja da Polícia Militar, precisam resistir porque precisamos saber dos nossos direitos.

Povo de Axé, nós precisamos, estamos em 2025, mas infelizmente precisamos bater

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 24

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 23 DE 65

na mesma tecla. A gente precisa instrumentalizar as nossas comunidades. A gente também precisa dobrar a aposta para cima do estado, porque é isso que os nossos mais velhos fizeram para que pudéssemos estar aqui hoje. Acho que o movimento negro é exatamente isso, a dobra da aposta. Dobrar a aposta e negar a morte, negar a segregação. A gente precisa dobrar a aposta na frente de qualquer agente público que baixa no nosso terreiro. Para isso a gente precisa educar, instrumentalizar o nosso povo, porque em norma jurídica já há uma vasta legislação que protege as nossas comunidades tradicionais. Há um vasto debate público que protege as nossas comunidades tradicionais.

O terreiro não se trata, mais uma vez, de religião. Não se enquadra nessa visão ortodoxa, branco cêntrica de templo e de igreja. O terreiro é uma continuidade de uma cultura civilizatória. Então, o PSIU não se enquadra nos nossos terreiros. Acho importante dizer isso, e é importante também perceber que a gente tem membros aqui da Ouvidoria da Polícia Militar, ou das polícias do estado de São Paulo; membro representando a Guarda Civil Metropolitana, principalmente a Guarda Civil Metropolitana, que é uma organização de proteção da sociedade brasileira. É preciso proteger os nossos terreiros, que são patrimônios imateriais no estado de São Paulo, enfim, no Brasil, na sociedade brasileira. Devia ter um agente da GCM na frente dos nossos terreiros para nos proteger, ao invés de nos penalizar.

Essa é a grande questão jurídica, o Judiciário precisa ser educado. Eu acho que sermos advogadas, é justamente o ativismo judiciário levar essa discussão. E a gente não está fazendo nada novo, os nossos mais velhos estão aí há muitos anos fazendo esse debate no Judiciário. Mas é preciso continuar, o bastão está na nossa mão e a responsabilidade está na nossa mão. E se depender de nós, a gente vai passar o bastão para as próximas gerações, porque não é o suficiente sermos repetitivos, as violências se perpetuam. As violências aí estão postas.

Então, eu gostaria de deixar claro, como advogada, sobretudo, para as nossas mais velhas e os nossos mais velhos, as lideranças que já estão fartas, infelizmente, de saberem, mas é importante repetir. Nós não precisamos ter medo de uma fiscalização estatal. Essa multa pode

ser contestada. Membros da Defensoria precisam nos ouvir, porque a Defensoria Pública está aqui para nos proteger. A gente não precisa pagar advogado, a gente não precisa desembolsar dinheiro. A gente precisa de Defensoria Pública, a gente precisa de membros do Ministério Público para defender os nossos terreiros.

E dizer, seja em esfera municipal, estatal, que a gente não tem que pagar essa multa. Essa multa, inclusive, é inconstitucional, porque nos enquadra erroneamente, como se a gente fosse uma casa de show, um bar, um restaurante. A legislação já é vasta. E eu gostaria de estar aqui nesse momento e contribuir, ainda que seja uma fagulha, para esse debate, nesse lugar, dizendo que há um erro do estado, um erro de enquadramento, quando coloca as nossas comunidades tradicionais no mesmo patamar de bares, casas de show e casas de evento. A gente tem que dobrar a aposta para cima do estado. A gente precisa chamar para esse debate outros membros estatais, que são importantes para a nossa defesa.

Eu acho que isso é importante dizer. Deixa ver se me esqueço de mais alguma coisa. É importante, embora os pais de santo e mães de santo tenham dito, que juridicamente, Dra. Cristiane, inclusive, à senhora o meu respeito, que representa comissões na Ordem dos Advogados do Brasil, a gente precisa dizer ao estado e ao Poder Judiciário, que o terreiro e a preservação do terreiro, é uma preservação de modo de vida. Quando a gente está falando de terreiro, a gente está falando de uma oralidade, uma tradição oral. A gente está falando de solidariedade. A gente está falando de espaços e territórios que prestam serviços públicos, serviços sociais para a sociedade brasileira.

Os terreiros de umbanda, os terreiros de candomblé, fazem e representam serviços psicossociais semanalmente, quinzenalmente, mensalmente. As comunidades que estão ao nosso redor, o território que está ao nosso redor, vão até as nossas casas para serem curados, inclusive, psiquicamente, porque estão adoecidos por conta das violências estatais, a estrutura que é completamente desigual do estado.

Então, a gente precisa dobrar a aposta. Esse é meu papel como advogada, para dizer mais uma vez do meu compromisso no debate com o Judiciário e com membros do estado,

para que a gente consiga demonstrar a natureza e a importância da preservação dos terreiros na sociedade brasileira.

Enfim, boa noite. Muito obrigada pela palavra. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Dra. Renata. Vou passar a palavra para a Bella, representando o mandato da Deputada Federal Sâmia Bomfim.

A SRA. ISABELLA DOS SANTOS MORAES NETTO – Boa noite para todo mundo, como a Luana me apresentou, eu sou Isabella, estou representando o mandato da Deputada Federal Sâmia Bomfim, mas também estou enquanto filha de Axé, sou de terreiro também.

E eu acho que muitas coisas já foram colocadas, mais do que saudar a mesa, eu quero saudar quem faz isso acontecer, que é todo mundo que está aqui para além da mesa. E eu acho que a desproporcionalidade do que é a Lei do PSIU, é muito mais subjetiva e a gente consegue aprofundar muito mais isso olhando para esta Casa. Quando a gente vê os quadros que estão espalhados nesse espaço, a gente consegue perceber que o braço armado do estado está matando o povo preto, pobre, indígena, nesse país há séculos. A gente está sendo oprimido nesse país há séculos.

E se a gente pensar que tem um pouco mais de 100 anos que a escravidão acabou nesse país, e a escravidão durou mais de 300 anos nesse país, a gente ainda está falando de tudo muito recente. Terreiros são perseguidos desde sempre. E não mudou, porque a lógica de opressão do estado também não. A gente ainda está falando de um estado que tem por essência a opressão, que tem por essência a desigualdade. A gente está alimentado num estado capitalista, selvagem, que a desigualdade é o que o alimenta. A miséria é lucrativa, a segregação é fundamental para conseguir manter o *status quo* desse estado. Quanto mais eu colocar os terreiros às margens, mais distantes os terreiros vão ficar entre si. Quanto mais eu conseguir desarticular essas pessoas, mais fácil é derrubá-las. Não à toa, o processo de escravidão trazia pessoas de lugares diferentes da África, para que essas pessoas não se comunicassem.

E eu acho que já está posto aqui para a gente que a Lei do PSIU ataca os terreiros por uma questão racista. Isso é de consenso nosso, a gente sabe do que a gente está falando.

Então, para pensar como a gente consegue reverter isso, é óbvio que a gente tem que pensar em políticas práticas, como a Luana colocou, precisamos de dados. Os terreiros não são números, mas a gente precisa que esses números apareçam, para que a gente formule políticas públicas e consiga ter cada vez mais possibilidades de proteção.

Mas, mudar a lógica do que nos mata, do que ataca os terreiros, é muito mais profundo. Isso não acontece com uma lei ou outra, porque como a Renata colocou, lei a gente tem para caramba. Não sei se vocês sabem, mas a legislação ambiental do Brasil é espelho para o resto do mundo, e a gente continua colocando fogo nas nossas matas, a gente continua acabando com o cerrado. Isso também é um problema do povo do terreiro.

Então, é importante que a gente consiga compreender que a estrutura que está mostrando esse quadro ainda é real e é atual, ela não é passada, é presente. E a gente precisa transformar essa lógica, a gente precisa fazer com que as coisas sejam vistas de outra forma. E de fato, terreiro não é religião. Terreiro é mostrar que esta lógica não funciona para nós. Terreiro é mostrar que existem outras possibilidades de socialização, outras possibilidades de sociedade que não essa que está posta. E é por isso que os terreiros são tão atacados. É por isso que os terreiros são tão agredidos. É por isso que nos terreiros são atacadas pedras enquanto está rolando nossa gira, porque o terreiro é uma ameaça à lógica capitalista.

Eu virei uma militante marxista, porque eu era de terreiro, porque dentro do terreiro eu entendi que outra sociedade é possível. E para além do terreiro existem outras ferramentas que a gente pode trabalhar e fazer com que se possa pensar outros mundos. Eu acho que o terreiro apresenta isso para a gente na prática. Para os nossos ancestrais, para as pessoas representadas nesses quadros, outro futuro possível não era imaginado, não era possível, foram 300 anos de escravidão. Muito provavelmente os nossos ancestrais estão muito satisfeitos de verem a gente ocupando esses lugares. É insuficiente? Ainda é, mas a gente já fez muito.

Aquele ditado iorubá, que fala que Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que jogou hoje, diz muito sobre o que é esse Projeto SP é Solo Preto e Indígena, porque a gente está usando a sabedoria ancestral para acabar com o racismo de hoje. A gente está usando o que

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 27 DE 65

Exu nos ensinou antes para acabar com o racismo de hoje.

E uma outra coisa para finalizar, eu tenho estudado muito o Nêgo Bispo, e ele tem uma frase muito boa: a gente não é resistência a esse sistema, a gente é outra possibilidade para outro sistema. E eu acho que os terreiros representam isso. E é por isso que é fundamental a gente seguir organizado, seguir forte e não desistir. E como a Renata disse, dobrar a aposta do estado, porque o estado nos quer mortos. Esse estado, nesse formato, a ordem e progresso que eles querem é contra nós, é contra a nossa existência. Se a gente não dobrar a aposta, a gente não vai ganhar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito Obrigada, Bella. Pessoal, logo antes de passarmos para as inscrições, já temos algumas pessoas inscritas, a Deputada Sâmia Bomfim fez um vídeo de saudação, se o pessoal da Comissão estiver com ele, dá para passar agora?

- Apresentação de vídeo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Olá, pessoal, aqui é Sâmia Bomfim, eu peço desculpas por não estar presencialmente com vocês, estou no Interior de São Paulo, mas a equipe do nosso mandato está aí para tocar todos os encaminhamentos possíveis e necessários.

Nosso mandato vai se somar ao movimento, porque de fato é um absurdo que a Lei do PSIU, que é do ano de 2016, que é utilizada para a contenção da poluição sonora, seja utilizada como um pretexto para perseguir e cometer violência contra os povos de terreiro, como para aqueles que frequentam os terreiros de umbanda, de candomblé.

A gente tem uma série de relatos de violência, de roubo de fato, de confisco dos instrumentos, mas também de tentativa de fechamento dos terreiros. Sem contar que muitas vezes é uma forma explícita de expressão do racismo e do racismo religioso. A gente, através do mandato, tem como acionar ministérios, fazer a provocação, o acionamento também de estruturas jurídicas institucionais. E eu quero me colocar à disposição, para que a gente siga tocando essas demandas todas. É fundamental a mobilização e a articulação da sociedade pela

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 28 DE 65

liberdade de culto, que é o previsto na Constituição Federal. E, sobretudo, pelo respeito aos povos de terreiro no nosso país, e na cidade de São Paulo.

Estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Maravilha. Pessoal, vamos dar início, vamos falar que é o momento de a gente conseguir se expressar, de a gente conseguir trazer a experiência, trazer relato, é muito fundamental.

Eu vou iniciar com o primeiro inscrito, Pai Flávio Barros, da Casa de Umbanda de Oxóssi. E logo depois, o Pai Israel de Xangô. São dois minutos.

O SR. PAI FLÁVIO BARROS – Boa noite. Peço a bênção de todas as pessoas que estão aqui, mais velhos, mais novos iguais. Eu sou o Pai Flávio Barros, da Casa de Umbanda de Oxóssi, e estou muito feliz de estar aqui hoje, Vereadora, queria na verdade, antes de tudo agradecer a possibilidade da senhora nos trazer para cá. Nós temos aqui um grande número de pessoas de axé, que se articularam para estar aqui hoje.

Então, acho importante que a gente fale sobre isso. Mas não posso começar a falar sem antes lembrar, todos os Vereadores que fazem parte dessa Comissão e que não estão aqui hoje. É uma vergonha que não tenhamos, hoje, o Presidente dessa Comissão, o Vereador Sargento Nantes; a Vice-Presidente, Vereadora Amanda Vettorazzo, e os demais membros, Vereadores Dheison Silva e Kenji Ito. A senhora está aqui representando também a cada uma e a cada um de nós que aqui estamos. Mas para mim é inadmissível que nós nos articulemos, que estejamos aqui, que tenhamos vindo com todo o nosso coração para participar desse debate e não temos nem o Presidente e a Vice-Presidente dessa Comissão.

Não vou repetir, porque acho que vocês já cobriram muito do que eu gostaria de dizer. Gostaria de dizer que o nosso terreiro tem sido extremamente perseguido, o meu terreiro fica no Bairro de Santo Amaro, e fica no Bairro de Santo Amaro, já próximo ao Alto da Boa Vista. Então, é um bairro com um poder aquisitivo um pouco alto, de uma determinada elite, que se coloca assim. E obviamente que nós ali temos sido extremamente perseguidos, em um lugar onde, na verdade, não querem que nós tenhamos o nosso lugar.

Então, isso também já foi dito por vocês e eu quero confirmar que essa é a minha sensação. É a sensação de que a nossa fé não pode ocupar um espaço. Os nossos lugares são completamente condenados, e condenados por pessoas que ainda não entenderam que não vai adiantar nada, porque nós não vamos arredar mais pé. Eu acho que cada terreiro, cada espaço de axé, como muito bem foi dito aqui, não é um templo, concordo muito com o Pai David e Renata, nesse sentido. Nós, na verdade, somos a continuidade de toda uma cultura afrodiaspórica e indígena também, que damos continuidade através de todos os nossos rituais, através de espaços como os nossos, que são espaços que vão dizer, antes de qualquer outra coisa, que nós podemos existir, que nós podemos ser felizes, que nós podemos ser prósperos.

Eu tenho dito no meu terreiro, e vou dizer aqui também, porque eu entendo que as religiões de matrizes africanas são sim a possibilidade de algo completamente novo e diferente para esse país. As religiões de matrizes africanas são, em sua essência, decolonialistas. São a possibilidade de um novo espaço e de um novo sistema, como a Yalorixá também, muito bem disse. Concordo muito com a senhora, os nossos terreiros, os nossos espaços de axé são a possibilidade de a gente mudar o que está posto. Eu acho que isso assusta, ainda mais essa suposta e dita elite que não quer que nós façamos essas possíveis, e são sim possíveis, revoluções para este país. Mas nós vamos continuar firmes. Os nossos antepassados e ancestrais nos ensinam isso. Nós não vamos arredar pé. Acho que é importante dizer isso.

Para terminar, eu queria só dar um relato do que aconteceu no nosso terreiro. O nosso terreiro, sistematicamente, como eu já disse, tem sido perseguido; temos, por diversas vezes, recebido a visita da Polícia Militar, da Guarda Civil Metropolitana. E, no dia 09 de agosto, nós tivemos o desprazer de receber o PSIU.

É engraçado porque quando começamos a conversar sobre isso, eu disse a vocês que nós não tínhamos recebido nenhuma visita do PSIU ainda. E recebemos agora, há menos de um mês.

Assusta, assusta. Eu não vou dizer para vocês que não assusta. A multa é de quase R\$ 15 mil, eu acabei de checar. Se nós formos considerados reincidentes, essa multa vai para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 30 DE 65

R\$ 30 mil. E eu pergunto a vocês: que terreiro tem R\$ 15 mil disponível em conta? Se vocês tiverem, ajudem-me a entender como fazer isso, porque no nosso terreiro não conseguimos.

Então, estamos dizendo “sim” a algo que pode levar ao fechamento dos nossos espaços. A lei do PSIU não se enquadra ao que nós somos, a quem nós somos, às nossas existências. Eu acho que isso tem que ser repetido e dito mais uma vez. Coincidência ou não, ao lado do meu terreiro, muito próximo do meu terreiro, nós temos uma igreja evangélica, que continua tocando os seus louvores com as suas caixas de som, com as suas guitarras, com as suas baterias. O PSIU já foi lá? Provavelmente, não. Então, eu acho que isso é mais um exemplo do racismo religioso que sofremos.

Eu agradeço. Espero sinceramente que esta reunião seja o início de mudanças reais para a lei do PSIU na nossa cidade. E nós não vamos arredar pé.

Axé. Saravá. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Axé. Obrigada, Pai Flávio.

Tem a palavra o Pai Israel de Xangô, do Santuário Estrela D'alva.

O SR. PAI ISRAEL DE XANGÔ – Boa noite a todos. Quero, primeiramente, pedir a bênção a todos os presentes, aos mais velhos, aos mais novos, aos iguais, e também estender a bênção do Pai Xangô a todos.

Eu acho que o primeiro é agradecer a Vereadora Luana, pela oportunidade, porque eu sou uma das vozes, uma das pessoas que sofreu, que sofre, com o racismo religioso. Inclusive, o meu relato consegue categorizar perfeitamente a instrumentalização desse racismo.

Durante muito tempo eu me senti não só calado, como violentado. E eu tenho. Se eu me emocionar, vocês me perdoem, que é uma ferida aberta, mas só quem está aqui sentado à minha frente sabe o que é tocar uma gira com medo de ser invadido. Só quem está aqui na minha frente sabe o que é ser um líder de uma comunidade e saber que, de repente, o que te diz respeito não vai ficar só em você, ficará também no seu filho.

Um pai e uma mãe de Santo têm o mesmo sentimento de pai e de uma mãe carnal pelos seus. Eu carrego o Xangô, mas também carrego Iansã, também carrego Oxum e carrego

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 31 DE 65

fls 32

Ogum. E, durante a minha vivência no Santo, eu vi a presença de todos esses orixás dentro dos movimentos racistas que eu passei, desde essa dor que expresso agora, através das minhas lágrimas, com Oxum; também a minha revolta que passo com a voz de lansa e com a certeza de que Xangô ouviu a minha reza.

Meu atabaque hoje está parado, o meu atabaque está calado e o meu terreiro está mudando de lugar nesse exato momento. Pela benção de Xangô e pela benção de Ogum, que sempre me deu caminho. Porque quando eu fui feito babalorixá, foi dado o fechamento da minha coroa em Ogum. A partir daquele momento, quando eu entrei no meu roncô, eu ouvi diretamente do orixá que eu me preparasse, que Ogum estava vindo porque haveria batalha. Mas eu nunca pensei que seria para com o Estado, que seria para com não-gratidão, que seria para com a comunidade a qual eu ajudava e a qual eu ajudo.

Estou localizado na zona Sul de São Paulo, onde infelizmente boa parte da população acaba, sim, manifestando o racismo, onde parte da população defende políticas que não conseguem englobar toda a diversidade da população paulistana.

Agradeço a fala de vocês, porque todos da Mesa trouxeram falas que foram cura para mim, porque pela primeira vez eu me senti ouvida. Isso porque eu ainda tenho que agradecer que, em nenhum momento, eu tive a visita de uma polícia truculenta.

Sempre foram os militares, os policiais militares. Eu tomei tantas denúncias que chegou uma hora que a polícia não ia mais, porque sabia que era racismo religioso. Os policiais me conheciam, chegavam até mim e falavam assim: “Oi, Pai, nós sabemos que o senhor sofre perseguição. Nós viemos baixar a ordem”. E, com o passar do tempo, pararam de ir.

Meus vizinhos, não contentes, me notificaram extrajudicialmente. Essa é a realidade que nós passamos. Foram muito sábias as palavras que disseram aqui, de que não dá para comparar uma casa de axé com uma casa de show.

Quando os policiais me abordavam, eles falavam assim: “O seu terreiro foi denunciado”, e eu respondia para eles: “A minha casa foi denunciada, eu moro aqui. Aqui é a minha casa, aqui é o meu lar”, porque eu queria evidenciar que eu não podia cultuar o meu

sagrado no meu espaço. Não é verdade? Não se defende tanto a propriedade privada? E cadê a defesa da minha propriedade privada?

A minha propriedade privada pode ser invadida, pisoteada, tratada como um galpão. Agora, a sociedade privada deles precisa ser altamente protegida do barulho horrível que eu gero, porque realmente eu sou um grande perturbador da ordem pública. Mas as pessoas esquecem que uma das maiores feridas que eu tenho, até mesmo com a minha mudança, é o fato de que eu sei o quanto ajudei aquela comunidade e quantas mensagens eu recebi falando: “Pai, você vai para longe. Aqui, fazia parte da minha vida”.

Então, eu sei que não sofria violência sozinho. Todos fomos violentados, em uníssono, diante de uma dita ordem pública. Entre os muitos relatos, eu gostaria de contar o principal: O meu terreiro tem um banheiro que é utilizado para ebós, na parte superior do terreiro; e, em frente da minha casa, há um prédio, um apartamento, então existe uma área que daria para ver da sacada.

Era uma quarta-feira, dia de meu Pai Xangô, eu fui, tomei o meu banho de ervas, como todos nós tomamos, me vesti de branco, coloquei o meu torço e fui continuar o meu dia, assistir. Se eu não me engano, era por volta de umas 18 horas. De repente, eu vejo uma luz e uma sirene pela janela da minha sala, acreditei que tinha acontecido alguma coisa de ordem pública na rua, minha campainha toca. Quando eu chego até o portão, eu escuto o policial dizer assim: “Perdão, senhor. O senhor foi denunciado por perturbação da ordem”. Eu olhei para ele e falei assim: “Se você quiser, eu abro a porta e você adentra, vê que não tem ninguém aqui. Eu só estou vestido de branco. Eu Acredito que eu passei por uma parte da minha casa, onde alguém conseguiu me ver”.

Isso deixa evidente que não é pelo silêncio, não é pelo barulho, mas é por aquilo que nós somos e nós representamos. Então, que todos nós possamos nos unir. Eu agradeço muito essa oportunidade, que foi de muita valia, porque foi cura para mim. E o principal que o povo de Santo gera para a nossa sociedade é a cura, porque a nossa sociedade é doente. Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Pai, obrigada mesmo. Axé.

Tem a palavra o Sr. Heros Moraes dos Santos, da Tenda de Umbanda Caboclo Saracutinga e Exu Veludo.

O SR. HEROS MORAIS DOS SANTOS – Muito boa noite a todas e todos presentes. Eu sou Ogã e Presidente do terreiro, da tenda de umbanda Caboclo Saragutinga e Exu Veludo, dirigido pela sacerdotisa, minha mãe, Delsy de Iemanjá, que está presente.

Peço a bênção dos meus mais velhos, dos mais novos, dos meus iguais. Eu fiz a inscrição aqui no sentido de materializarmos na nossa mente tudo o que foi dito por todos na Mesa. Sem querer ser redundante, apesar de essa redundância ser necessária, por mais que tentem nos calar, por mais que tentem nos silenciar, sejamos redundantes quantas vezes for preciso.

O nosso terreiro se localiza no bairro da Casa Verde, zona Norte de São Paulo. Se eu estiver errado, me corrijam, mas a zona Norte de São Paulo é a zona urbana onde mais tem terreiro em São Paulo. Se não for a zona urbana onde mais tem terreiro, é umas das zonas onde mais tem terreiro em São Paulo.

São vários quilombos na zona Norte, não só terreiro. É um território de uma concentração muito grande de quadras de escola de samba, que também são quilombos, também são lugares de preservação da cultura negra na cidade.

Nós temos sofrido sistematicamente, como todos os nossos irmãos e irmãs, com denúncias da vizinhança, com a perturbação da ordem e tal. E o meu relato se parece muito com o relato da Mãe Lume. Inclusive, no dia em que recebemos a visita das pessoas “que se diziam do PSIU”, e eu já vou explicar o porquê das aspas, foi sábado anterior à batida policial da casa da Mãe Lume.

Acompanho a Mãe Lume nas redes sociais, fui aluno dela, inclusive. E, quando ela postou isso nas redes sociais dela, eu falei assim: “Nossa, muito igual, parecido demais com o que aconteceu na nossa casa, três ou quatro dias antes”.

Duas pessoas chegaram após ter terminado a nossa gira, que tinha terminado a nossa gira, que começa às 18h e vai até às 22h, justamente para não ter problema com a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 34 DE 65

fls 35

vizinhança. Nós temos esse cuidado, sempre tivemos. Então, a nossa gira já havia terminado há uns 40 minutos e essas duas pessoas que se diziam do PSIU chegaram acompanhadas de cinco viaturas da GCM.

Por que as aspas? Porque essas pessoas que se diziam fiscais da lei do PSIU não possuíam nenhum registro de identificação. E quando pedimos para se identificarem, elas simplesmente não se identificaram, não quiseram se identificar; enrolaram ali na conversa e não se identificaram, em momento nenhum dessa visita.

Na hora em que aconteceu essa batida, eu estava de saída do terreiro, assim como muitos filhos da casa já haviam ido embora. Eu sou músico e estava indo trabalhar, indo tocar, e deixei os meus pais conversando com esses supostos fiscais.

Inocentemente, ou não, os meus pais deixaram essas duas pessoas entrarem no nosso espaço. Tiraram algumas fotos e disseram que estava havendo muita denúncia e que nós teríamos problema. E a minha mãe falou: “Não, a gente não vai ter problema nenhum. São mais de 50 anos de tradição de terreiro na minha família”.

O terreiro que a minha mãe toca hoje é herdado da minha avó. Então, são mais de 50 anos de tradição da minha família tocando em umbanda e nunca passamos por esse problema, nunca.

Já tivemos problemas reais de confronto de vizinhos, inclusive recebendo pedras no terreiro da minha avó. Eu me lembro que eu era pequeno, no final da década de 80, começo da década de 90, e o terreiro da minha avó era constantemente apedrejado por vizinhos, pedras enormes eram lançadas durante as giras. Essas pedras cansaram de atravessar os telhados do terreiro e cair no meio. E, graças a Exu, nunca acertou ninguém, nunca feriu ninguém.

Estamos acostumados com esse tipo de violência. É estranho falar a palavra acostumado, porque não se deve se acostumar com esse tipo de violência. Por mais que o racismo seja sistêmico, por mais que esse tipo de violência seja sistêmico, não devemos nos acostumar com nenhum tipo de violência. Devemos combater, sim.

Batida policial, visita de pessoas se dizendo fiscais da Prefeitura, da lei do PSIU, seja qual for o órgão público, nunca tínhamos recebido. E essas pessoas adentraram o nosso espaço, tiraram algumas fotos. E, ao contrário da Mãe Lume, nós não tínhamos a licença perante a Prefeitura.

Essa foi uma brecha que eles encontraram para, depois de um mês dessa visita, colar um papel de interdição do nosso espaço. Então, no dia 31 de maio deste ano, numa sexta-feira de Oxalá como essa, nós simplesmente amanhecemos com um papel porcamente colado no portão do nosso terreiro, que - diga-se de passagem - também é a nossa moradia, nós moramos lá: eu, meu pai, minha mãe e alguns filhos também.

Esse papel foi colocado no portão do nosso terreiro, com o nome da Subprefeitura. E, prontamente, eu fui até a Subprefeitura para saber o que estava acontecendo. Para a minha surpresa, além da interdição, já estávamos com duas multas lavradas, sendo cada uma de R\$ 7 mil.

Pergunto: Como é que se multa uma organização religiosa? Como é que se multa qualquer espaço que seja interditado e multa sem aviso prévio, sem comunicação? É importante dizer que o nosso terreiro sempre esteve aberto ao diálogo, inclusive no próprio território onde nós residimos, sempre estivemos abertos ao diálogo com as pessoas que residem no território da Casa Verde.

Prestamos auxílios para as famílias mais necessitadas do bairro onde moramos, distribuimos cesta básica, distribuimos alimentação gratuita em dias de festa do terreiro, além das atividades no Centro Cultural Luvemba, do qual eu sou idealizador, onde temos várias atividades gratuitas para a comunidade, como: capoeira, aula de atabaque, aula de dança, dança afro, entre várias atividades.

Em nenhum momento houve um diálogo, houve uma notificação de que estaríamos, de fato, perturbando quem quer que seja. E é muito vergonhoso estarmos nesta audiência, neste dia tão importante e não ter pessoas importantes aqui.

É muito fácil trazer somente ouvidores da GCM. Estamos cansados de saber quem

é o braço armado do Estado.

É muito fácil colocar os testas de ferro, mas as pessoas que realmente deveriam estar aqui não estão.

Cadê os Vereadores? Cadê os subprefeitos? Cadê os subprefeitos das regiões?

Enfim, foi um mês de luta após a nossa interdição. Um mês de visita.

Eu fiz questão de infernizar a Subprefeitura da Casa Verde. Fui todos os dias durante um mês após colarem o papel. Fui todos os dias na subprefeitura. Falei com um, falei com outro, falei com um, falei com outro, até conseguirmos a nossa licença. Hoje, estamos com o documento legalizado perante o Poder Público, perante a Prefeitura, mas a multa não conseguimos reverter. Entramos com dois recursos, todos os dois recusados.

E aí quem vai arcar com essa multa? São 14 mil reais. Quem vai arcar com essa responsabilidade? Quem vai nos ajudar a pelo menos mostrar o que devemos fazer a partir de agora? O que foi nos orientado é para esperar ir para a PGR – Procuradoria-Geral da República. E, quando chegar na PGR, parcelar a perder de vista essa multa de 14 mil reais.

É ridículo o tipo de auxílio que o Poder Público presta para as religiões da matriz africana, para os terreiros. Muito me admira também dizer que a GCM e a polícia estão ali para fazer a nossa proteção, sendo que, a 500 metros do nosso terreiro, tem outro terreiro amigo nosso que recebeu uma invasão da polícia. A polícia simplesmente invadiu durante a gira. Parou a gira, mandou todo mundo ir embora, além de ter lavrado multas para eles também.

Que tipo de proteção que a GCM e a polícia nos dão? É esse tipo de proteção? Desculpe, eu prefiro o Onã na porta da minha casa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Heros.

O SR. HEROS MORAIS DOS SANTOS – Eu acredito que essa noite de hoje deva ser um começo de uma organização muito forte em todos os terreiros. Eu acho que todos nós devemos mobilizar os nossos territórios porque, perto das nossas casas, existem outras casas de axé que também precisam estar aqui, que também precisam se articular politicamente e fazer essa reversão que a Renata falou. É isso.

Se acham que matando os nossos ancestrais o problema está acabado, desculpe: eles foram enterrados, mas esqueceram que nós somos sementes. Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Axé.

Estão encerradas as inscrições.

Pessoal, nós temos mais seis falas.

Vamos fazer uma rodada final da Mesa em tempo hábil.

Chamo a Mãe Katia, do Abassá Oxum Oxóssi.

Obrigada, Mãe Katia, pela sua presença.

E depois é o Baba Ebé – Felipe Brito.

Lembrando que, segundo o que tiramos aqui, são dois minutos.

Claro que não estão sendo dois minutos, mas, enfim, nós temos que dar um tempo para conseguirmos voltar para a Mesa.

A SRA. KATIA LUCIANA ALVES SAMPAIO – Boa noite a todos.

A minha mãe lansã abençoe todos vocês.

Agradeço por mais uma vez receber esse convite para essa Mesa maravilhosa.

Eu estou aqui para falar que esse Psiu não é de hoje. Infelizmente, eu passo por esse Psiu contra a minha própria família sanguínea.

O meu nome social é Katia Luciana Sampaio. O meu nome de terreiro é Mam'etu Kutala Diamuganga. E Kutala quer dizer “herdeira”.

Eu sou herdeira, filha de santa e neta carnal de falecida Mãe Caçulinha D'Oxum.

O Abassá Oxum Oxossi foi fundado em 1966 na Penha, Cangaíba.

Este ano completou nove anos do falecimento de minha avó. E, infelizmente, os meus familiares, os filhos de dona Caçulinha, os netos, querem vender o terreno. E isso não deixa de ser um Psiu. Eles querem exterminar. Exterminar não só o nosso toque, eles querem exterminar a nossa ancestralidade.

Eu falo que eles são os colonizadores brancos. Eles são negros, mas a alma é branca, porque não querem e não aceitam que eu fui escolhida – eu não escolhi.

Infelizmente, nós temos que lutar. E o que me entristece – não só como a doutora falou, para não sermos repetitivas – é ver o restante dessas cadeiras vazias, porque, se fosse uma audiência para receber medalhas, teria fila lá fora. E isso não deixa de ser uma medalha. Isso é uma luta para que a nossa medalha, o nosso troféu, continue sendo estendida, assim como a bandeira de minha casa, que é de Angola, como o nosso Pai Tempo.

Nós temos que entender que nós somos sementes e vamos deixar isso para os nossos. Nós temos que entender que, quando enfraquecem os nossos galhos, precisamos olhar para as nossas raízes.

Eu estou viva pela minha ancestralidade.

Peço a todos vocês, encarecidamente: não vamos deixar que isso entristeça, enterre, o nosso momento. E vamos fazer com que os outros pais, as outras casas, venham. “Ah, mas é besteira”. É porque não aconteceu com eles. Quando acontecer, é o sofrimento de cada um.

O choro do pai que esteve aqui me faz chorar todos os dias. O oficial de justiça foi lá e quebrou o cadeado, quis invadir o terreno. Mas lá naquela casa tem Oxum. Lá naquela casa tem um exu na porta. Invadiu? Não, só quebrou.

Esse é um Psiu que não podemos deixar a sociedade ganhar. Nós não podemos deixar que os governantes ganhem. Pelo contrário: nós temos que dar o Psiu para eles, para que respeitem quem nós somos e quem nós vamos deixar para o amanhã.

Meu muito obrigada. A bênção.

Permaneço viva, pela minha ancestralidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Agora é o Baba Ebé, Felipe Brito.

E logo depois é a Mãe Eva Pires, do terreiro Mamãe Oxum, e Pai Rei Congo.

O SR. FELIPE BRITO (BABA EBÉ) – Boa noite.

Saudações tradicionais: kolofé, mukuiiu, saravá, motumbá.

Quero saudar todas as lideranças em nome de uma grande liderança do movimento negro, que está aqui, o meu querido Gilsão.

Por favor, Gilsão. (Palmas)

Acho importante saudar a minha companheira Yalorixá de candomblé, mãe de terreiro de Umbanda e coordenadora jurídica da Ocupação Jeholu, Mãe Cris de Oxum; a Vereadora Luana, e a Codeputada Ana Laura. Elas são minhas camaradas de partido e de lutas.

Eu tenho discutido política pública. E eu, mameto, kutala, já não tenho mais me entristecido com as cadeiras vazias. E vou dizer por quê. Porque o racismo nos fraturou de tal forma e a nossa carência é tão grande que as pessoas se deixaram enganar pagando beca para *doutor honoris causa*, elas se deixam enganar recebendo duzentos certificados num evento lotado em que nem o nome delas é falado. Isso é a carência que o racismo causou em nós. É uma dor que carregamos de ser reconhecido. E esse reconhecimento, às vezes, é uma migalha.

Infelizmente, vai levar muito tempo para nos curarmos disso. Então, eu tenho tentado me apegar àqueles que vêm para a luta e quer discutir política pública.

Apesar de eu ter discutido isso a partir do dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro na minha tese de doutorado, eu vou usar um termo muito tranquilo para vocês. E vamos lembrar de Harry Potter? Religião é a capa de invisibilidade que jogaram sobre nós. Nós não somos religião. Nós não podemos lotar nenhum espaço público em que a liderança diga que a luta dela é contra a intolerância religiosa. Porque ela não entendeu nada sobre nós. Não entendeu nada sobre nós e a carência do nosso povo faz com que as pessoas estejam nestes espaços.

Nós não entendemos nada sobre a nossa luta, enquanto a gente não se entender enquanto movimento negro. Muitos dos nossos não querem estar nas fileiras da luta antirracista. E eu vou parar aqui porque eu não critico os meus, por estratégia.

Eu não venho aqui, com todo o respeito às autoridades públicas que estão aqui, eu não vou fazer uma fala contra o meu povo na frente de pessoas que não são de dentro. Eu não posso fazer isso. Isso não é inteligente. Eu não posso. Isso a gente discute nos nossos GTs, dentro das nossas casas, as estratégias políticas, olhando para as nossas falhas coletivas e tentando saná-las.

Preciso dizer que eu sou uma pessoa entusiasta e que tem defendido o conceito de povo e comunidades tradicionais de matrizes africanas, desde o Decreto 6040, de 2008. Eu sou

essa pessoa que tem se debruçado a esse estudo, mas entendo também que há um processo no debate de povos e comunidades tradicionais que não alcançou, Vereadora Luana, Co-deputada Ana Laura, que é a urbanidade.

Nós não alcançamos o debate sobre o direito à cidade. Não alcançamos. Nós discutimos sobre o direito à terra por uma questão de processo histórico.

A luta quilombola estava mais organizada do que a luta dos terreiros para acessar alguns marcos legais. E aí a luta quilombola diz respeito ao direito à terra, que o terreiro também tem, mas que está massivamente nas cidades. E nós não estamos discutindo isso.

Nós temos que discutir isso para construir a ODS 18. Temos que olhar para a Convenção 169, que fala sobre povos e comunidades tradicionais, e que vai falar sobre os nossos direitos. E nós não estamos percebendo isso. Sabe por quê? Porque, infelizmente, tem muita gente que não quer que nós nos reconheçamos como pretos.

A religião é a capa da invisibilidade casada com a parditude. Está tudo no mesmo lugar. É tudo para dizer que nós não somos pretos. (Palmas) É só para negar a parte preta do processo. E nós precisamos acordar para isso.

E eu quero finalizar a minha fala me colocando à disposição para esse debate, mas me colocando à disposição para irmos para a judicialização; para recorrermos aos tribunais; para criarmos jurisprudência; para olharmos para a política municipal de povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas; para articularmos, via bancada – falei isso com a Ana Laura na semana passada –, porque os outros parlamentares do PSOL têm que participar desse processo. E eu sei que muitas das nossas camaradas têm compromisso com essa luta também. Conto com a partilha dos trabalhadores que, na hora que interessa, levanta a bandeira. Mas não adianta mais ficar fazendo PL do dia municipal, dia estadual, dia federal, porque, de dia e de efeméride, nós já estamos cansados, queremos política pública que realmente alcance o nosso povo. E infelizmente – finalizando a minha fala, respeitando a minha colega que está aqui –, eles vão continuar fazendo isso. Eles sabem onde nos pegar.

O meu terreiro, em 2021, teve seis denúncias em 15 dias. Todos os dias a polícia ia

parar na nossa porta. A última vez foi porque cantamos parabéns para uma filha de santos, sem atabaque, às nove da noite. E o sargento que estava na operação falou: “Vocês me desculpem, mas é que nós somos acionados”. Ele mesmo sabia. E a vizinha que nos denunciava, uma senhora ao lado, branca, branquíssima, alvíssima, retinta de tão branca, me disse num debate – ela foi bater na nossa porta –, que ela gravava os áudios das nossas conversas pelo muro, ela pegava as penas que voavam para a casa dela. Olha o nível de violência, gente. E, por último, quando ela não tinha mais argumentos no debate, sabe quando foi que ela perdeu o chão? Quando eu a chamei de racista.

Se nós não nos reconhecemos como pretos, como uma estrutura de movimento negro de terreiro, organização política de resistência, não é o termo religião que nos vai dar algum lugar na sociedade. Não é a academia, não é a Câmara Municipal, não é o STF ou o STJ que nos vão dar alguma coisa, porque nós já somos, nós apenas estamos lutando por mais acesso aos direitos que nos foram negados. E a nossa arma é dizer que é racista. Sabe por quê? Ninguém quer carregar essa alcunha nas costas. E intolerante religioso eu sou mesmo, eu não gosto deles, eles são o diabo. Agora, fale que é racista para ver. Aí a coisa muda de figura.

Vamos mudar a nossa estratégia, porque já está tarde para ficarmos batendo na mesma tecla de intolerância religiosa e dando passos para trás.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Grande Baba Ebé.

Mãe Eva Pires, do Terreiro Mamãe Oxum e Pai Rei Congo.

Depois é a Mãe Thaís, do Filhas de Maria.

A SRA. MÃE EVA PIRES – Boa noite a todas as pessoas presentes.

Exma. Vereadora Luana Alves, agradeço a oportunidade.

Na realidade, eu vim fazer uma pergunta a V.Exa. E se não for uma pergunta respondível, que nós possamos pensar juntas em alguma estratégia, como Oxóssi nos ensina.

O TJ de SP derrubou uma ADI que o Ministério Público protocolou de uma questão da Lei de Zoneamento, onde enfiaram um jabuti para tirar a Lei do Psiu de grandes eventos

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 42 DE 65

públicos; e ainda o Sr. Ricardo Nunes deu exemplo do Allianz Parque nessa entrevista.

A minha pergunta seria se V.Exa. já tem algum pensamento, um esboço, algo nesse sentido, de como nós vamos abordar esse tema tão importante para nós.

Seria de forma judicial? Seria de forma legislativa?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Mãe, a ideia dessa audiência é conseguirmos acumular força porque as batalhas vão ter que existir.

Foi muito bom você ter trazido essa questão.

O Prefeito de SP fez toda uma reorganização, uma articulação política com a Câmara Municipal, para mudar a Lei do Psiu em determinadas áreas da cidade para livrar grandes eventos. Simples assim. Olhem o nível da coisa aonde chega. Foi derrubado pelo Tribunal de Justiça, mas livrou, inclusive, o Allianz Parque de muitas multas.

A SRA. MÃE EVA PIRES – Muitas.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Já não vão pagar.

Mesmo no período que ficou válido, já foi um alívio muito grande.

Então, do ponto de vista legislativo, é plenamente possível compreender que para certos espaços da cidade não vale essa lei – que foi criada, até onde eu sei, para atingir casas de show, bares, restaurantes. Do ponto de vista prático, é plenamente possível. É tão possível que se fez essa exceção para uma casa de show.

A SRA. MÃE EVA PIRES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sob nenhum argumento. O único argumento era livrar alguns milionários de pagar um pouco de multa. Era isso.

Ao final, vamos fazer uma rodada para tirar alguns encaminhamentos. E algumas coisas já estão na minha cabeça.

Toda vez que eu escuto o Felipe Brito, as minhas ideias mudam. Eu estou com uma coisa na minha cabeça, eu escuto ele e mudo um pouquinho. Então, eu estou aceitando algumas coisas.

Por um lado, eu penso no aspecto Ministério Público, tal. Claro que vou propor uma

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 43 DE 65

mudança na lei na Câmara Municipal, posso apresentar um PL, mas eu acho que podemos pensar uma coisa mais ousada também. Podemos pensar uma coisa em nível nacional, entendendo que são territórios de populações racializadas e oprimidas no Brasil, nessa linha de que não é simplesmente algo religioso. Entende?

A SRA. MÃE EVA PIRES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É um território que deve ser protegido, assim como o território quilombola, o território indígena, como o território de povos que foram historicamente vilipendiados e massacrados no Brasil. E nessa linha nós podemos pensar alguma coisa.

Eu vou passar de novo para a Mãe.

A SRA. MÃE EVA PIRES – Obrigada. É importante que sejamos estrategistas, como o Dr. Hédio Junior, que foi ao STF para defender o abate religioso, e, de forma brilhante, argumentou e nos deu essa vitória – claro, com todo um coletivo por detrás. Mas ali ele fez uma fala impecável, e foi impossível aquilo ser rebatido de alguma forma. Seja pela via judicial ou pela via legislativa, precisamos nos organizar, sim.

Esta e outras Casas Legislativas, hoje, estão cheias de extremistas de direita que buscam uma anistia, que não virá. É importante sabermos disso. Precisamos nos organizar como povos de terreiro.

Como disse o brilhante babá que falou aqui antes de mim, não vou expor os meus nem as minhas neste espaço, mas precisamos conscientizar as pessoas: a branquitude, as pessoas cis, aquelas que estão em outras práticas religiosas. É preciso falar, comunicar, explicar a importância desse projeto – seja pela via legislativa, seja pela via judicial.

Temos que nos organizar. E eu espero que todas as pessoas aqui presentes sejam pontos de comunicação, que levem essa mensagem até seus conhecidos, até os terreiros, até simpatizantes. Que essa demanda seja entendida como prioridade, porque não aceitaremos mais que nossas casas sejam fechadas, principalmente nossas casas que acolhem pessoas trans, travestis, pessoas marginalizadas.

Se casas grandes, com visibilidade e muitos filhos de santo já sofreram perseguição, imaginem as casas como as nossas, que já carregam em si a marca da marginalidade.

Agradeço a oportunidade da pergunta. Vereadora Luana, conte comigo, como sempre. E obrigada pelo esclarecimento – ou, melhor dizendo, pelo escurecimento. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Mãe.

Tem a palavra a Mãe Thaís, do Terreiro de Umbanda Filhos de Maria.

A SRA. THAÍS MARCHELLI – Boa noite a todos. Saudações tradicionais, Motumbá Axé aos meus mais velhos, mais novos e meus iguais.

Acho este diálogo fundamental. Mas, sobretudo, quero falar sobre letramento. Que letramento estamos praticando? Nas rodas do Emancipa Axé nos terreiros, sempre escuto relatos de violências sofridas. E, em nenhum momento, essas pessoas têm consciência de que aquilo que relatam é, na verdade, um ato criminoso. Quando percebem, muitas vezes respondem: “Ah, mas eu tirei de letra, tive jogo de cintura.” Isso porque fomos ensinados a ser tolerantes com a violência. Fomos obrigados a ser tolerantes com violações. Fomos feitos tolerantes até com crimes cometidos contra nós pela branquitude, pelo colonialismo, pelo imperialismo.

Por isso, cabe a nós, pais e mães de santo, letrar nossa comunidade: entender e ensinar o que é um crime racial, o que são as violências que, para além da racialidade, também nos atingem. Nossa Constituição, nos seus primeiros artigos, garante a inviolabilidade da residência – seja ela uma casa de santo, uma moradia, nosso patrimônio. Isso está na base das garantias individuais e coletivas. O que a Casa de Mãe lemanjá passou, é crime. E mais: processos como esses são anuláveis, porque não obedeceram ao devido processo legal. Se não houve notificação, se não houve direito de defesa, se não houve contestação, então não houve justiça.

E a pergunta que fica é: vamos ou não para a justiça? Conhecem a expressão “vamos pras ideias, truta”? É isto: tem que ser pé no peito. Não dá mais tempo de diálogo vazio. É agora ou agora, porque ainda morremos. Ainda somos silenciados. Ainda somos impedidos de pegar

um Uber porque usamos contas no pescoço. Ainda apanhamos na rua.

O meu terreiro foi violado, no sentido de que a organização do bairro se uniu para fazer mandado, abaixo-assinado, para levar para Subprefeitura do Ipiranga. Porque há o meu terreiro, que fica a cem metros de um terreiro e a 200 metros de outro. É um perímetro de três, quatro terreiros tocando, cada um no seu dia, mas – segundo eles – incomoda o barulho do atabaque.

Mas a igreja, que está a 50 passos do meu terreiro, coloca caixa de som na rua, com um pastor ou pastora louvando com um microfone, a polícia passa direto, nem para. Por que a polícia não para quando tem essa violação acontecendo, naquilo que se vai falar de zoneamento urbano? E o meu zoneamento urbano não pode ser respeitado, não deve ser respeitado, não vai ser respeitado, porque nossa casa tem um letreiro que diz: “Terreiro de Umbanda Filhos de Maria”? E que fique claro: não é nenhuma Maria mãe de Jesus, é a Maria Vovó Conga, não é qualquer uma, ela não deixa a gente se calar. (Aplausos)

Ela não deixa a gente se calar, ela não deixa que eu me cale, mesmo conhecendo todas as ferramentas e conhecendo de toda a tecnologia racista que nos mata, ainda assim, às vezes, eu tenho medo quando eu vejo a GCM passar na minha porta – e aí quero fazer uma provocação aqui, no sentido de que eu nunca tive proteção da polícia, muito menos da GCM. Para mim, política pública é virar para os servidores, pagos com nossos impostos, e lhes perguntar: “Que horas o letramento dentro da polícia e da GCM vai começar a acontecer?” Porque na individualidade do servidor é outra religião, e é a religião dele que me mata quando ele vai na minha porta para me dar choque ou meter a arma na minha cara.

Que horas o letramento do servidor público da cidade de São Paulo vai começar? Eu, enquanto cidadã e munícipe desta cidade, lhes pergunto: que horas isso vai começar? Não adianta debate, se não houver solução efetiva. Nós precisamos de efetividade, Ouvidor. Precisamos de efetividade, Inspetor. E efetividade não é falar: “Ah, sinto muito. Estou vindo atender uma ocorrência que eu já sei o que é.” Eu não quero saber o que vocês sabem ou não sabem da ocorrência; quero saber se vocês sabem o que está acontecendo, que é crime de

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 46 DE 65

racismo, e em que momento essa polícia ou essa GCM vão se estruturar por dentro e ensinar a colocar o seu servidor, a sua religião, quanto está com a farda no peito, debaixo da farda?

A sua religião é debaixo da farda. Boa noite, obrigada. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Mãe Thaís.

Agora é o Pai Gabriel, do Terreiro de Umbanda Cocriadores de Olorum e depois a Ione de Carvalho, do templo de Umbanda Caminho das Almas.

Pessoal, a gente tem só mais duas falas. Peço que todo mundo permaneça até o final, que a gente vai tirar os nossos encaminhamentos.

O SR. PAI GABRIEL – Boa noite. Gostaria de cumprimentar a Mesa. A bênção para quem for de direito.

Eu gostaria de endereçar a minha fala para o mandato das Pretas, o mandato da Sâmia. E que a gente pensasse também cidades para além do município de São Paulo. As cidades da zona Oeste, as cidades do interior, seguem essas influências de tudo o que acontece aqui em São Paulo, parece até um fetiche. “Ah, São Paulo criou isso, mirabolou aquilo...”

E quando falo de outras cidades, estou falando de Osasco, de Barueri, de Carapicuíba, de Cotia, de Jandira. Eu sou Filho de Santo do Terreiro Ilê Asé Omó Odé, que fica em Itu. E sou Pai de Santo em um terreiro em Jandira, que é o Terreiro de Umbanda Cocriadores de Olorum. Sou idealizador também do Espaço Criativo Arrobooi, que fica no mesmo terreiro, no mesmo território. É um território extremamente vulnerabilizado, com muitas pessoas vulneráveis.

Então, a gente fala até de um outro público, de um outro território. Mas eu gostaria de chamar a atenção, principalmente, do mandato da Sâmia, do mandato das Pretas – tem uma representante aqui – e de quem mais puder ajudar. Mas que a gente consiga olhar também para esses outros territórios, com essas influências.

E só para vocês se situarem um pouco de como funciona em Jandira: Jandira tem 13 vereadores, dos quais 12 são homens, católicos e evangélicos. E a gente tem uma vereadora, bem mais ou menos. Em Jandira, a gente também tem uma Secretaria de Assuntos Religiosos.

Mas eu pergunto para vocês: assuntos religiosos para quem? São 13 vereadores evangélicos e católicos, então para quem que são esses assuntos religiosos? Para mim nunca serviu; para o meu terreiro, para minha comunidade, nunca serviram esses assuntos religiosos.

Então, está difícil. A gente está aqui, vem fazer uma presença em São Paulo e tudo, mas eu gostaria muito de chamar atenção de vocês também para estas outras cidades: as cidades da região metropolitana e as cidades do interior. E odeio quando a gente fala também de racismo estrutural. Parece que a gente faz parte disso, mas não. O racismo é um problema dos brancos que atacam a gente. Eles que se virem com o racismo deles. E quando a gente pontua quanto ao racismo estrutural, parece que a gente faz parte dessa estrutura também.

Lá no terreiro, a gente já foi surpreendido também com três, quatro carros de polícia, todos com policiais muito bem armados. Acho que depois de um tempo eles se ligaram que lá funcionava um terreiro e, apesar das denúncias, foram largando a mão da gente. Lá tem um Filho de Santo, cujos pais são evangélicos, que já chegou em mim e disse o seguinte: “Pai Gabriel, está rolando uma campanha de oração lá na igreja da minha mãe, que é para fechar o terreiro. Eu falei ‘P*t* m*rd*!’ ”

Já jogaram bomba também. O nosso terreiro tem uma garagem; na garagem, a gente tem o salão do terreiro, e embaixo a gente tem uma outra casa. Já jogaram bomba na nossa garagem enquanto a gente estava tocando gira. Uma bomba e a gente sem saber de onde vinha, o que era. E como a Renata falou, de a gente devolver isso, eu entrei em contato com essa pastora e falei: “Espero que seja a primeira e a última vez que eu tenha que me prestar a esse papel de te mandar mensagem e te ligar, enfim, de falar para você. Da próxima vez, a gente vai se encontrar na delegacia, a gente vai partir para outros meios.”

Então, acho que é um pouco do que a Renata falou também. Vamos devolver, vamos... sei lá, arrumar formas e tal. Mas o que não dá para continuar são esses falsos avanços, sem a participação do nosso povo de terreiro e sem a gente participar dessas mesas de decisões. Estão criando mesas de decisão para todo lado, sem a nossa participação efetiva.

Acho que é isso, já falei bastante. E lá em Jandira, na zona Oeste, nas cidades do

interior... tipo, meu terreiro é uma comunidade de Oxóssi e, por muitas vezes, falo para os meus filhos de Santo que essa uma flecha só de Oxóssi nem sempre é pela habilidade do caçador, mas às vezes por falta de possibilidade.

É isso. Obrigado, gente. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada. Axé. Obrigada, Pai.

Agora é a Ione de Carvalho, do Templo de Umbanda Caminho das Almas e depois é a Ingrid. E então faremos a rodada final da mesa.

A SRA. IONE DE CARVALHO – Boa noite. Quero agradecer ao Pai Danilo, que nos convocou, nos chamou, pela minha presença e do Templo de Umbanda Caminho das Almas.

Eu venho muito a esta Casa, já vai falei que vou fazer um puxadinho aqui, Lu. E sempre me revolta muito a nomenclatura Casa do Povo. Dói na gente, porque a gente sabe que é uma hipocrisia muito grande. E louvo demais porque estive presente aqui há um tempo atrás no evento para que se comece realmente a realizar as leis antirracistas. E não precisava ter, mas precisa, infelizmente.

E para ela sair do papel e começar a realmente ser efetivada, ser cumprida, precisa de vontade. E a gente olha aqui e vê, como no evento que a Luana fez, em que ela convidou para uma sala nobre e onde foi o evento? Lá na área externa. Estou mentindo? Isso é descaso.

Descaso maior é quando você vem a uma audiência pública para falar de PNE - Plano Nacional de Educação e você vê a Presidente da Comissão falando contra a educação antirracista, dizendo que nas escolas não se pode ter educação religiosa, porque se deixar a religião afro entrar nas escolas nós vamos doutrinar as crianças deles. É uma coisa absurda, uma pessoa negra, Presidente da Comissão, contra a educação antirracista, porque diz que a educação antirracista doutrina as crianças deles, crianças cristãs. É ridículo isso.

Por isso que hoje, aqui, só estamos nós, falando de nós para nós mesmos, porque o descaso é muito grande. Só que é a primeira audiência, e nós temos a responsabilidade de sair daqui e empoderar as nossas crianças, os nossos irmãos, os nossos iguais, para que na próxima, aqui esteja lotado de nós para nós mesmos, porque não estamos fazendo isso para mudar a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 49 DE 65

fls 50

cabeça deles, que é um ovo. Nós estamos aqui para ensinar a nós mesmos, que quando a senzala se levanta a casa grande treme, porque até então eles estavam acostumados a ver o negro abaixar a cabeça.

Porque será que hoje em dia as religiões de matriz africana - não estou criticando - tem tanta presença branca. Por quê? Porque os nossos negros foram massacrados, foram marginalizados, desde o tempo da capoeira, quem jogava capoeira era marginal, e quem jogava capoeira? E aí os nossos negros foram deixando de lado, foram se apagando. E graças a Deus, graças a Oxalá, a Olorum, que pessoas brancas tomaram essa situação, não estou criticando e nem elogiando, é só uma percepção. Pensem comigo, se não fossem vocês de pele clara, negros de pele clara, que são entendidos e lidos como brancos, nós poderíamos estar aqui hoje? Eu duvido que a gente conseguiria empretejar este lugar.

E estou falando isso para dizer o seguinte, vamos começar a pensar, essa Casa dita do povo, temos que começar a levantar realmente o nosso povo aqui dentro, porque quando se fala de Bancada Evangélica, está assim oh. Por isso que as igrejas podem fazer os seus altos decibéis e não é por horário, como já foi dito, porque a minha casa fecha religiosamente às 10h, a de vocês também. Mas isso impede de vocês serem invadidos? Não, porque são decibéis. E os decibéis da caixa evangélica lá na rua? Mas é porque aqui dentro existe Bancada Evangélica para protege-los. Cadê a Bancada Afro, cadê a Bancada Umbandista, cadê a Bancada de Religião de Matriz Africana?

É só isso que queria dizer, vamos pensar nisso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ione. Agora para finalizar essa rodada, a Ingrid, lembrando dos dois minutos. Peço desculpas por não ter controlado o tempo, é difícil, porque é muita coisa importante para ser dita.

A SRA. INGRID MENEZES AVANCINI – Eu vou ser bem rápida, até porque todas as falas, infelizmente, me contemplam, já fui invadida, a polícia já invadiu com arma na mão, nossa casa de axé já foi adentrada com bota, a gente sabe que não se entra no terreiro com sapato. Enfim, todos esses detalhes.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 50 DE 65

fls 51

Mas eu vou trazer uma provocação e uma pergunta. A quem denunciemos todo esse racismo psicológico, aliás, terrorismo psicológico que passamos todo dia, porque além de ser uma mulher de terreiro, eu moro no meu terreiro. E eu adoro ser uma mulher de terreiro, eu adoro ficar de saia até aqui e varrer minha calçada. Na semana retrasada, a gente teve essa visitinha da fiscalização, sabe. Passou ali na frente da nossa calçada, não estava tendo toque, não estava tendo atabaque, mas tinha uma mulher de branco varrendo a calçada. A calçada que é da minha casa, não é só do meu terreiro. Eu gosto muito de escutar aqui, que a gente sabe que quem é de terreiro, não é de terreiro só na sexta-feira à noite, a gente acorda saudando Orí, e vai dormir saudando Exu por ter chegado em casa.

Então, a quem a gente vai pedir esse socorro quando o vizinho denuncia por racismo e não está acontecendo nada. Esse vizinho é notificado? Esse vizinho vai ser notificado? Ele vai começar a pagar por isso? Ou a gente vai ter que pagar psicologicamente, fisicamente e espiritualmente.

E venho também agradecer e saudar, acho importante, aos pais e mães de santo. Eu sei do medo que meu Pai de Santo tem, porque ele é traumatizado por ter tido uma arma na cabeça. E eu sei que ele aguentou por conta dos filhos. E eu sei também que eu, como filha, por toda a instrumentalização, por toda a responsabilidade que tenho hoje em dia, preciso devolver algo ao meu terreiro, eu renasci lá dentro. Então, eu não gostaria de ver de novo esse terreiro sendo invadido porque a gente canta parabéns, porque a gente toca o atabaque.

Eu moro a três ruas de uma igreja, eu consigo escutar o toque da igreja principalmente quando se faz vigília durante três dias. E eu nunca vi essa vigília ser interrompida. Quando a gente faz o toque de Jurema no nosso terreiro, abaxamos o som depois das 22h. E quem é de Jurema sabe que a gente fica três dias lá, e tem que abaixar o som.

Então, a quem denunciemos esse tipo de atitude? A quem vamos denunciar quando vocês chegarem ao nosso terreiro e não estiver tendo toque alto? Ou quando a medição que, na minha visão, deve ser feita minimamente de onde está sendo reclamado, quando for garantido que não está chegando, não está invadindo a casa dessa pessoa, a quem vamos denunciar por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 52

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 51 DE 65

esse tipo de racismo? A gente sofre todos os dias, eu preciso falar sobre isso na terapia. Eu sei que meu Pai de Santo dorme preocupado com a casa dele sendo invadida. Eu sou um terreiro que é da cidade, mas a gente não tem placa na nossa porta por medo. Não medo meu, discordo, mas ele ainda tem medo e eu vou respeitar.

Então, a quem a gente denuncia esse tipo de atitude, esse tipo de terrorismo que a gente passa todos os dias.

Quero agradecer aos pais e mães de santo que estão aqui, que nos protegem. Realmente é isso, não é só uma preocupação espiritual, é física também.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ingrid. Antes de voltar para a mesa, eu queria mais uma vez agradecer a presença de mais velhos e mais velhas, que muito nos inspiram a seguir em frente. Muito obrigada pela presença, Gilsão, por favor, mais uma salva de palmas para você. (Palmas) Estou muito feliz por você ter vindo, e também ao lado da Mãe Su. Obrigada, Mãe Su por sua presença também. (Palmas)

Pessoal, seguindo a ordem inversa do que foi, eu penso, também para a gente não extrapolar o horário e conseguir voltar bem nessa sexta-feira, em um horário razoável para as nossas casas, vamos pensar uns dois, três minutos. Vamos passar para a Bella, depois para a Dra. Renata.

A SRA. ISABELLA DOS SANTOS MORAES NETTO – Vou tentar fazer em menos de dois minutos. Primeiro, dar parabéns para todos que estão aqui, seja por ter se deslocado numa sexta-feira à noite, até a Câmara Municipal. Mas também por todo o trabalho que vem desenvolvendo no decorrer das suas vidas, nas suas casas com os seus filhos e com os seus pares.

Quero parabenizar a Lu, que sempre cede a Câmara, sempre está com o seu mandato atento a essas coisas. Mas para te responder também, essas nossas parcerias enquanto mandato Luana, movimento pretas e o próprio mandato da Sâmia, têm muito por objetivo mesmo fazer essas ações se ampliarem para além dos seus próprios territórios. Eu sou

de Guarulhos, por exemplo, o terreiro que eu frequento é em Guarulhos. Então, essas questões também nos atingem de alguma maneira, e a ideia é realmente fazer sempre essa troca, para que a gente consiga ampliar isso para outros territórios.

Para finalizar, eu quero dizer que apesar de tudo isso, seguimos firmes, fortes e em luta. E isso faz com que, por mais que a gente esteja aqui falando de um problema sério, que estrutura as nossas vidas, é sempre bom lembrar, enfim, estamos em setembro, mês do Erês, e eu acho que a alegria pode ser uma ferramenta de luta fundamental para que a gente não tombe, para que a gente não desista e que consiga, apesar de tudo, responder até com deboche para essa gente que quer ver a gente morta. A gente vai responder com alegria, com festa, com música, com canto e com as crianças, que não são os futuros, mas que é o presente.

Então, que o nosso mês de Erê possa representar também uma alegria muito grande, para além das nossas dores. Erêmi. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Agora, a Dra. Renata, tem a palavra.

A SRA. RENATA NOGUEIRA PALLOTTINI – Eu quero agradecer, mais uma vez, pela escuta generosa de todas as pessoas presentes. Quero agradecer a esta Mesa, a Vereadora Luana, a Codeputada Ana Laura, muito obrigada pela oportunidade.

Acho sempre muito importante a gente participar do debate público, justamente por conta da nossa sociedade ser estruturada de forma desigual, em virtude do racismo. Eu acho que falar em racismo estrutural é não nos colocar, enquanto responsáveis pela estrutura ter sido organizada dessa maneira, mas é a gente entender que a gente precisa olhar para o Estado e discutir que, em virtude da legislação, a estrutura social está desse jeito.

A legislação permite que o Estado Democrático Brasileiro seja formado de forma desigual. Então, o direito é o amor e o ódio, porque a gente percebe que, através das regulamentações, o racismo se disfarça. O racismo é muito dinâmico na sociedade brasileira e a gente não pode dormir no ponto, como diria a minha mãe.

A gente não dorme no ponto, porque os nossos mais velhos fizeram muitas coisas para a gente estar aqui hoje. Então, precisamos estar atentos, atentas e atentes.

Eu quero agradecer mais uma vez por participar desse debate público. Quero colocar à disposição, inclusive o meu terreiro, a minha comunidade de axé, e dizer que estamos sempre aqui, sempre participativos, porque é importante que sejamos ouvidos, e não sujeitos de discussão e debate.

Precisamos ser ouvidos a partir das nossas experiências; porque, afinal de contas, as comunidades de tradição de matrizes africanas são continuidade de valores civilizatórios africanos na sociedade brasileira.

Agradeço a oportunidade, agradeço e, mais uma vez, a bênção dos meus mais velhos e meus mais novos. Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Renata.

Agora vou chamar a Yalorixá Cristiane Natachi.

A SRA. CRISTIANE NATACHI – Também quero encerrar a minha fala agradecendo imensamente esse local de escuta. Eu fiz algumas reflexões bem rápidas. Os nossos terreiros estão ainda segregados, reproduzindo o que historicamente fizeram com os nossos ancestrais.

Cada vez que se invoca o PSIU, nada mais é do que uma reprodução de forma de controle social, é o controle social sobre corpos, sobre a nossa ancestralidade e sobre a propriedade.

Ainda mais hoje, se formos verificar a Lei do PSIU, ela está cada vez mais voltada a nós, às nossas comunidades. Então, é uma forma de controle. Há necessidade, sim, de uma revisão e também de entendermos que dá para encaixar o racismo ambiental também nessas revisões, porque estamos falando de saúde coletiva, de propriedades, que os nossos terreiros são as nossas propriedades.

Eu também vivi dentro do meu terreiro muitos anos. Hoje é separado, mas é minha propriedade, e é propriedade coletiva também. Então, há um pedaço de cada um de nós dentro dos nossos terreiros.

E há a necessidade também, Vereadora Luana, de entendermos que o direito à propriedade nos pertence. É necessário entender que o PSIU continua reproduzindo uma forma

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 54 DE 65

de controle.

Controle de quem? Dos nossos corpos pretos, das nossas comunidades, que evocam a ancestralidade para melhoria da sociedade.

Obrigada novamente pela escuta e pelo convite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Dra. Cristiane, Yalorixá. Agora, vou chamar inspetor Queiroz, tem a palavra.

O SR. INSPETOR QUEIROZ – Nobres Vereadores e demais autoridades desta Mesa, nós só temos que agradecer e eu quero dizer para os senhores e as senhoras que eu saio daqui enriquecido.

Eu tenho uma religião um pouco diferente da dos senhores e das senhoras e eu saio daqui mais amadurecido nesse diálogo, com essa disposição de servir. A Guarda Civil, conforme eu disse, foi criada para a proteção da vida, a garantia dos direitos humanos de todos nós.

Então, a Mãe falou para nós sobre a questão do letramento. Esse letramento acontece, sim, na Guarda, desde a formação dos nossos guardas. Um exemplo rápido, no dia 15 de dezembro a Guarda completa 39 anos e, antigamente, nós tínhamos uma forma de agradecer as entidades, a Deus, a crença de cada um, de forma segmentada, tinha um culto para cada foco de religião. E, desde o ano passado, nós temos um ato interreligioso, que contempla todas as religiões. Então, essa é uma forma de combater, enfrentar esse racismo religioso, que às vezes pode permear a nossa instituição.

Nós trabalhamos e respeitamos a espiritualidade, ainda que às vezes a Guarda tenha essa conotação por ser o braço armado do Estado, conforme foi citado pelos senhores. Não, há homens e mulheres que têm uma religião, sim, e temos trabalhado isso.

Eu represento o Comando da Guarda Civil, onde nós estamos discutindo a criação justamente de um ponto de encontro de todas as religiões, para que se respeite a crença e os direitos humanos de todos. Então, contem conosco. Nós estamos à disposição e sempre buscando a valorização da vida.

Parabéns, Vereadora. Contem com a Guarda Civil. Nós estamos à disposição.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigado, Inspetor Queiroz.

Agora vamos passar a palavra ao Sr. Juliano.

O SR. JULIANO SERRANO – Quero parabenizar todos e todas. Eu acho que hoje nós saímos daqui com falas muito enriquecidas, que vão nos colocar a refletir o melhor caminho para que possamos combater esse racismo estrutural que vivenciamos por décadas.

Quero parabenizar mais uma vez a Vereadora Luana, a Codeputada Ana Laura, a Deputada Sâmia, esta Mesa, o Inspetor que está representando a GCM. E façamos nossas preces a Exu, a Ogum, que um dia possamos fazer uma audiência pública também com o Comando da Polícia Militar, Comando da Polícia Civil.

Na Ouvidoria, nós temos o lema de que segurança pública se discute com a força e com a sociedade civil. Não dá para construir segurança pública somente olhando um lado, uma direção.

Eu quero aqui já deixar como missão, Vereadora, que nós também vamos oficializar o COPOM para solicitarmos quantas denúncias foram solicitadas em tempos religiosos; e destas, quantas em matrizes africanas. Eu acho que é uma informação muito relevante para nós termos para trabalhar.

Eu esqueci também na minha fala de colocar uma questão que foi abordada pela Mãe da tenda de umbanda Filhos de Maria. A Polícia Militar também tem, por via de regra, uma carga de direitos humanos na academia muito extensa; mas, na prática, nós sabemos como isso funciona. E, diante de alguns relatos e levantamentos, nós da Ouvidoria, em parceria com o instituto NEV da USP, com a UFSCAR, com a FGV, com o Conselho Consultivo e com o Ministério Público, estamos construindo e propondo o curso de racismo com um recorte especial no racismo religioso, para ser ministrado para a Polícia Militar, a Polícia Civil e SPTC.

Não falo da GCM, porque nós somos da Ouvidoria da Polícia Militar, Polícia Civil e SPTC, que é técnico-científica. Então, esse custo já está sendo construído e, assim que

REUNIÃO: 21324 DATA: 05/09/2025 FL: 56 DE 65

formalizado, a Promotora vai oficializar o Secretário de Segurança Pública para que possam atribuir esse curso aos seus oficiais e aos seus soldados de praças.

Lembrando que a nossa proposta – e eu acho que esse ponto é muito importante – é que esses cursos vão ser ministrados por pessoas da sociedade civil, inclusive trazendo casos concretos vivenciados na ponta da comunidade por policiais, porque acreditamos que assim eles conseguem visualizar melhor a realidade e possam refletir para fazer uma segurança pública efetiva para todos e todas.

E respondendo à Ingrid: quando vocês se sentirem coagidos, ou forem abordados de forma abusiva dentro dos seus templos, o melhor caminho é denunciar – na Corregedoria da Polícia Civil, na Corregedoria da Polícia Militar, na GCM, ou procurar o Decradi, que é o melhor órgão, inclusive, que é a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, para apurar essa denúncia. A Ouvidoria da Polícia está à disposição. Contem sempre conosco. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Axé.

Obrigada, Dr. Juliano.

Eu gostaria de saber da notícia do curso.

Eu já digo de antemão que ficamos à disposição para fazer a ponte com lideranças aqui presentes que podem fazer parte desse curso. E, inclusive, aproveite para o seu networking, para pegar contato, porque é isso. Eu acho que relatos não faltam. Poderíamos encher dez vezes esse auditório, e teríamos dez vezes o número de relatos que foram ditos aqui. Tenha a certeza de que isso não faltará nesse curso. Com certeza, todo mundo vai estar muito disposto a expor o que aconteceu, e, dessa forma, contribuir para essa iniciativa.

Vou chamar também o babalorixá David Palhano.

O SR. PAI DAVID REIS PALHANO – Novamente, boa noite, pessoal.

Eu gostaria novamente de agradecer a presença de todos.

Vereadora, eu gostaria novamente pelo convite. É uma alegria estar presente compondo esta Mesa. Obrigado a toda a Mesa.

São muitos relatos, muitas dores, e são feridas que não se fecham. Não fecham, Pai.

Essas feridas não fecham.

O meu terreiro chegou em São Paulo há um ano, em agosto do ano passado. E a nossa primeira festividade, por conta das reformas, foi em janeiro. E o nosso cartão de visita foi o Psiu. É que não deu tempo de eu falar na minha fala que o cartão de visitas foi o Psiu na minha primeira festa, a festa de Oxalá. E não de uma forma direta, através da instrumentação da lei, mas através da ameaça da vizinha do condomínio da frente, de bater na nossa porta, de vilipendiar o nosso momento sagrado e questionar: “O que vocês estão fazendo aqui? Como assim tem um terreiro na frente da minha casa? Por que vocês não nos avisaram que iria ter macumba na frente? Precisamos conversar sobre isso, porque a vizinha do lado que tem um terreiro de umbanda, toca somente até as 22h”.

Essa ferida não fecha. E desde então, todas as nossas outras festividades são na insegurança que começamos Ogum Àjó. E com alegria que terminamos no Paó, quando sabemos que nada demais aconteceu. Mas eles estão sempre à espreita. E não vai fechar nunca.

A minha violência, perante todos os outros relatos, foi pequena. E dói. E dói demais, Vereadora. Eu imagino o que passou o pessoal que tem relatos mais graves. E nós precisamos reforçar isso. Precisamos coibir.

Na minha fala, eu digo que desde meados do século XVIII isso vem acontecendo. Hoje, temos voz. E se não tivermos voz, vamos gritar. E vamos gritar até sermos ouvidos. Não vamos permanecer calados.

Laroyê Exú.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Laroyê Exú.

Obrigada, Pai.

Chamo agora o Pai David Dias.

O SR. PAI DAVID DIAS – Muito obrigado a toda a Mesa. Muito obrigado pelo convite.

Muito obrigado pela presença de todas as pessoas.

Eu saio dessa Mesa com mais dúvidas do que respostas. E eu acho que, muitas vezes, num debate, esse é o caminho mesmo.

Eu estou curioso. E que bom que o Dr. Juliano trouxe a informação dos cursos, porque eu mesmo estou interessado em ministrar um curso de letramento racial para a Polícia Militar.

Eu tenho muito interesse. Eu tenho interesse porque eu nunca nem ouvi falar que isso existia; nem para a GCM – que eu estou ouvindo agora com o Inspetor. Eu nunca ouvi falar porque não parece que isso tem surtido efeito. Então, a minha dúvida, e não teremos tempo de discutir sobre isso, é: quem tem ministrado esses cursos? Eu estou certo de que não pode ser alguém da sociedade civil de terreiro. E, inclusive, eu tenho a mesma preocupação sobre as denúncias.

Doutor, eu entendo quando o senhor diz “denunciem”. Nós não denunciemos, nós temos medo. Sabe quem vai até a nossa porta? É o policial que está no culto da Igreja Universal lá na Brigadeiro. São os policiais que enchem aquela igreja que não vão encher o terreiro. E quando eu for dar o curso de macumba para a polícia, não vão vir dez. Eu estou certo disso. E nós temos medo de denunciar. Temos medo de bala. As balas acham sempre o corpo de macumbeiro. É uma coisa engraçada isso.

Eu quero deixar o meu interesse de conhecer mais sobre isso, de entender como isso funciona. E me coloco à disposição para dar um curso de racismo religioso.

Enfim, muito obrigado pela disposição.

Muito obrigado, povo de terreiro, por ficar até tarde. Sabemos o quanto custa estar aqui, chegar às cinco da tarde. É muito difícil mesmo. Muito obrigado pela disponibilidade desta Mesa.

Eu saio daqui esperançoso – mas, de novo – por ter encontrado pessoas de terreiro falando sobre política. Eu quero reforçar esse lugar. Não se faz. Nunca se fez. As nossas mais velhas já diziam isso: “Nunca se fez comunidades de terreiros sem política.”

Desconfiem de todo e qualquer movimento que se coloque como movimento de terreiro, e, ao mesmo tempo, apolítico, para que não sejamos confundidos com micareta por aí.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Pai David.

Agora é a Mãe Lume.

A SRA. MÃE LUME WATANABE – Eu queria agradecer mais uma vez a todas as pessoas presentes, à Mesa, à Vereadora Luana, à Codeputada Ana Laura. E quero agradecer especialmente ao meu terreiro.

Vocês se levantam rapidinho? (Palmas)

Obrigada. Eu sei que nem todo mundo está aqui.

Podem se sentar. Mamãe ama vocês. É assim que funciona.

É verdade aquilo que foi falado: a dor de um filho de santo nosso dói como se ele fosse filho nosso mesmo. Nós assumimos esse cargo, esse título, como mãe, como pai de santo, e nós começamos a viver a vida daquela pessoa e a vibrar por cada conquista. E nós temos medo. Medo do que acontece da porta para fora. E quando acontece da porta para dentro? Nós nos sentimos vulnerável.

Eu estou saindo da Mesa passada. Eu estou passada. Como é que pode? Um monte de macumbeiro sobe neste palanque, sobem nesse palco, para falar de violência. E toda as violências são iguais. E todas elas são cometidas pelo estado. E nós não estamos falando somente do Psiu. Eu entendo que o Psiu é o mote da nossa reunião, da nossa audiência, mas nós não estamos falando sobre Psiu, estamos falando sobre direito à cidade. Nós estamos falando que nós estamos sendo expulsos da cidade.

Uma das primeiras pessoas que falou comigo, depois que eu postei as questões da Lei do Psiu, dos fiscais da política, disse o seguinte: “Tínhamos um terreiro de mina, e tivemos que nos mudar para o interior, para o meio do mato, porque a polícia foi lá três vezes”. O Psiu é um sintoma. Ele está sendo acionado por causa de um sintoma, a raiz do problema é outra. A raiz do problema é a nossa existência. (Palmas)

Chegando nesse ponto. Políticas públicas constroem condados.

Eu fiquei feliz de saber que nós vamos ter acesso aos dados do Copom, porque não é somente o Psiu. De novo: o Psiu tem 452 operações, e, mais ou menos, 800 pessoas sendo

alocadas nos carros das GCMs para irem para os terreiros para nos prestar segurança, mas também para os fiscais. Agora, eu quero saber quantas vezes a polícia é acionada para ir nos terreiros e parar esses rituais. Eu quero saber também se existe algum tipo de classificação que interponha: “ah, não, estamos indo para o terreiro”. Não é comunidade religiosa, porque, é o trabalho com pesquisa, mas, se misturar os dados, a gente não vai ter como saber. Aí, não tem como fazer política pública. Talvez, o jogo seja esse mesmo. Não tem ainda, então, a gente cria, faz alguma coisa para criar algum tipo de levantamento em dados, a gente classifica. Esse ano de 2025, os Policiais Militares e a GCM foram 500 vezes para terreiro de Umbanda, Candomblé, e assim por diante, têm outras denominações. Dessas 500 vezes, pararam 200 rituais. Desses 200 rituais foram parados, 50 rituais foram parados à mão armada porque, disseram eles, que as pessoas entraram em embate com a Polícia.

Esse dado é relevante para a gente. Por que é que esse dado não é produzido?

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Obrigada, Mãe Lume.

Agora, a codeputada Ebomena Laura.

A SRA. EBOMENA LAURA - Antes de começar a falar, eu quero saudar a memória da Yagandia, que é uma lalaorixá de um Terreiro de Pirituba. Hoje, ela não pôde estar aqui com a gente porque, infelizmente, ela foi levada por Orun, retornou.

Infelizmente, ela não pode estar aqui hoje, mas é importante que ela estivesse porque o relato que ela me passou foi um relato muito brutal: 5 viaturas para parar o toque, extremamente armados. Chegaram lá, simplesmente: “você vai ter que parar”. Ela, sem reação, sem saber o que fazer, para os seus toques.

É sobre isso.

A gente, enquanto emancipaxé, rodou diversas comunidades debatendo o que significa o terreiro ser um quilombo. A gente está falando dos quilombos urbanos. O que significa isso? Todos os terreiros são quilombos? Se não o são, precisamos torna-los quilombos. Torná-los quilombos e praticar a quilombagem que Clóvis Moura nos ensina que é de ação efetiva.

Essa ação não está na minha mão, na da Vereadora Luana Alves, na mão de ninguém que representa o Poder Público.

Essa ação está na nossa mão porque, a partir do momento em que a gente se organiza e faz pressão, num nível em que eles entendam que essas comunidades todas unidas são muita gente. Dizem por aí que as comunidades de matriz africana são menos de 11% no Brasil, somos a tal da minoria. Porém, por quantas vezes se escuta falar: “minha avó era da igreja tal pentecostal, mas foi do Terreiro tal; fulano de tal foi para o Terreiro tal quando estava precisando de uma necessidade espiritual”. Quantas vezes utilizaram os territórios tradicionais de matriz africana para se curarem? Quantas vezes esses espaços foram acionados? Somos mesmo minoria?

Eu digo que não porque, a partir do momento em que os nossos ancestrais baixam e falam: “se eu lutei, você vai ter que lutar; se eu estou voltando aqui, inclusive, estou até cansado de voltar nessa palhaçada desta terra porque vocês precisam se libertar; se libertem dessa escravidão, desse sistema escravagista que continuou; se libertem porque, enquanto a gente não estiver livre, não vai ter emancipação real, vai continuar debatendo as mesmas coisas”.

É sobre isso.

Ser quilombagem, principalmente, é, também, a gente refletir a política; é refletir os espaços de organização política em que a gente está. Fica o convite para o Emancipaxé, para aqueles que quiserem se organizar com a gente. Enquanto movimento, que, por Exu, se movimenta, aonde a gente vai chegar, ainda não se sabe. Ele não deu a letra para a gente ainda, mas já está quase virando uma entidade.

Respondendo ao meu companheiro Gabriel, moramos pertinho: ele em Jandira, e eu, em Itapevi, mais fundão que ele. As nossas comunidades na região metropolitana não têm o acesso a esse debate. Então, é tarefa nossa, inclusive, rodar os terreiros debatendo com todo mundo porque temos poucas pernas para fazermos isso. Precisamos fazer isso e entrar nas escolas e em todos os espaços.

Gente, todo mundo viu a Polícia Militar louvando, de forma nojenta, a Ku Klux Klan

no interior de São Paulo; todo mundo viu a formação da Polícia Militar dentro de uma igreja. Todo mundo viu essas formações.

Além disso, nós sabemos, também, aonde isso está chegando. Ou a gente se organiza e pega nossas ferramentas ancestrais ou a gente está fadado a continuar nesse sistema escravizado.

Não quero deixar uma palavra de desesperança. Quero deixar uma palavra de luta. Só vai acontecer mudança se a gente se organizar e mudar esse sistema.

Axé para todo mundo, com a força do Seu Zé, agradeço a todos vocês! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Axé.

Codeputada Ana Laura, minha comadre deu a letra.

Antes de passar para a apresentação do Afoxé Omy Aiye, vou listar algumas iniciativas institucionais, muito rapidamente, mas quero reforçar que esse não é o ponto principal desta noite.

O ponto principal desta noite é, justamente, a articulação política nossa, dos terreiros, para resistir aos mecanismos que perpetuam o racismo.

O PSIU, como falou muito bem a Mãe Lume, é um aspecto de pontinha do iceberg.

Eu vou propor, nos próximos dias ou semanas, uma revisão da Lei do PSIU, uma proposta legislativa. Ela vai ser apreciada na Câmara Municipal, mas vocês sabem como é a Câmara Municipal. Eu não vou dizer a vocês que vou propor, e ela vai ser aprovada em um mês. Isso é mentira. Eu não vou falar mentira para vocês.

O que essa proposta legislativa vai fazer é colocar essa bola, puxar esse debate, trazer o problema, a discussão, obrigar os outros Vereadores da Esquerda ou que não são da Esquerda – porque, na hora da eleição, todo mundo vai para o Terreiro, independente de espectro político – vai obrigar o posicionamento. É isso que vai fazer, mas não quer dizer que vai ser aprovado. Não vou dizer uma ilusão.

O que é necessário é que, a partir dessas ações legislativas, políticas, a gente fazer essa articulação de resistência.

Então, uma coisa é esse Projeto de Lei de Revisão da Lei do PSIU que retire das regras os espaços tradicionais. É óbvio. A gente sabe que não é uma religião. A gente vai ter que achar uma fórmula, porque é a maneira como, também, alguns dos nossos espaços tradicionais encontraram de se preservar um pouquinho, minimamente, foi atrás do tal do direito à liberdade religiosa.

É complicado isso. É muito delicado, apesar de a gente saber que não é bem isso. É uma forma de seguir existindo enquanto povo de matriz africana, dentro do território brasileiro.

Então, a gente vai ter que achar uma fórmula para isso, mas vai ter essa revisão.

Outro ponto que foi trazido pela Dra. Renata. Colocar a Defensoria e o Ministério Público no jogo. Isso vai ser muito importante. Existe uma Defensoria Pública e um Núcleo Especializado, inclusive, em questões raciais, dentro da Defensoria Pública que precisa ser colocado.

Estou muito feliz de ter a doutora que é da Comissão sobre a Verdade da Escravidão Negra da OAB, porque acho que a OAB também tem que estar nesse momento em que a gente fizer com a Defensoria, que dá uma força legal. É melhor do que apenas uma Vereadora mais alguns civis. Acho que vocês, como OAB, estarem será muito interessante.

Claro, nós vamos precisar fazer novas conversas. Acho que todo mundo aqui deve ter colocado os seus dados, seu número etc.

O que o Felipe Brito falou, de a gente pensar a nível nacional e internacional, eu acho que nós temos que fazer. Mas para isso, nós temos que olhar relato a relato e construir uma tese. Uma tese é isso.

Colocar uma tese de que maneira, de como essas batidas, intervenções, autuações, fiscalizações acontecem. É uma continuidade do racismo efetuado pelo estado, interpretado pelo estado brasileiro, seja na figura do município, do governo municipal, do governo estadual. É isso, temos de construir essa tese para a gente conseguir se resguardar.

Então eu peço muito para que todo mundo, para que a gente siga em articulação. O nosso mandato seguirá sendo uma ferramenta. A gente não vende a ilusão de que ele vai

resolver a vida de ninguém. Agora ele é uma ferramenta útil, tem que ser bem utilizada por todas as comunidades. A gente quer ser essa ferramenta de articulação, de inserção, de fazer todo tipo de atuação institucional e política.

E os casos individuais, eu acho que a gente tem que responder coletivamente.

Eu ouvi muitos relatos aqui, grande parte deles de crimes abertos. Assim, são crimes absolutamente escancarados. Quando um racista bate na sua porta e pergunta o que você está fazendo, isso não é um mero incômodo. Isso é um crime. Isso é um crime de assédio, um crime de racismo. Que isso?

Assim, a minha vontade é de bater na porta de todo o racista, quando ele estiver indo para a sua casa à noite, bater, perguntar: o que você está fazendo aí? Saia da sua casa agora porque você é racista, não merece morar na cidade.

Isso é algo que eu merecia fazer. Assim eu tenho direito, então. Eu tenho o endereço de alguns racistas. Se eu quiser, eu posso bater lá na porta à noite, perguntar: o que você está fazendo aí? Saia agora. Então, o que está acontecendo é muito grave, é gravíssimo.

Esta audiência é uma etapa, é um passo, as coisas. Não será do dia para a noite.

Agora, a gente não está só, a gente nunca chegou a lugar nenhum só. Como foi dito aqui por muitos companheiros e companheiras da mesa, as nossas comunidades, os nossos ancestrais, sobreviveram com muita dificuldade a partir da luta coletiva, mas sobreviveram, a gente está aqui.

Sobreviveram de forma muito hábil, muito estratégica, muito inteligente. Como os nossos ancestrais são e como a gente também é hipótese, assim. A gente não deixou de lutar nunca, a gente está de pé, quem vier no futuro vai seguir de pé, vai seguir de pé.

Eu acho que o principal aqui, uma das coisas que mais me tocou nas falas, foram pessoas que disseram que na sua infância lembram de pedras atiradas nos seus terreiros.

Esse tipo de memória a gente não quer criar mais. E se essa memória acontecer para quem for adulto, no futuro, essa memória tem que ser acompanhada da memória de luta, da memória da resposta, da memória de que teve uma reação, para que a gente consiga

continuar a nossa tradição, a nossa existência. É isso.

Muito obrigada a todo mundo que veio. Peço para que não, de forma nenhuma, alguém abaixe a cabeça. Eu sei que é um pedido, que não é tranquilo assim, mas a gente não pode de forma nenhuma abaixar. A gente não tem o direito, perante a luta dos ancestrais, de abaixar cabeça.

A gente não está só, a gente está em coletivo. A gente sabe que, mais do que uma referência à ancestralidade, como foi dito aqui, as comunidades de matrizes africanas oferecem uma alternativa de futuro que esse mundo tanto precisa.

Esse mundo que está com crise climática, com crise econômica, social, com desmatamento, com contaminação de água, com falta de alimento de verdade. A gente precisa mudar radicalmente a maneira de como a humanidade vive.

Eu sou socialista. Não creio que esse sistema nunca vai servir para os nossos, nunca.

Os nossos ancestrais tiveram formas de existência, de economia, de vida, de produção, de alimento, de cuidado de família, de cuidado com as águas que são garantidores de vida e de cuidado, muito mais do que o sistema que somos obrigados a viver hoje.

Então, gente, que todo mundo volte bem. Vou parar de falar, porque senão vou ficar falando sem parar.

Muito obrigada por todo mundo que veio. A gente segue firme, a gente segue em articulação, a gente não para.

Vou chamar o Afoxé Omi Aiye para finalizar esta noite bonita.

Axé para todo mundo.